



Anais da Assembléia

N.131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 111.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1.987
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Aborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Carlos Aborghetti, Nelson Vasconcellos, Ne-reu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Basílio Zanusso, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira e Luiz Antonio Setti (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 106/87

Curitiba, 29 de outubro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante nominados, nas datas e com os objetivos seguintes.

Município	Data	Objetivo
Mamborê	09.10.87	Realização da 5. ^a EXPOMAM;
Maringá	06.10.87	Realização do II Encontro Nacional de Arborização Urbana;
Clevelândia	06.10.87	Realização da XI Exposição Agropecuária e Industrial e da IX Feira de Animais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 107/87

Curitiba, 29 de outubro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante nominados, nas datas e com os objetivos seguintes:

Município	Data	Objetivo
Colombo	25.09.87	Execução do "Projeto Pró Ovo";
Medianeira	23.09.87	Realização da IV EXPOMED - Exposição Agropecuária e Industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 108/87

Curitiba, 29 de outubro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante nominados, nas datas e com os objetivos seguintes:

Município	Data	Objetivo
Céu Azul	01.10.87	Realização da III EX-POCA;

União da Vitória	29.09.87	Estímulo ao fomento da agropecuária local.
------------------	----------	--

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 109/87

Curitiba, 29 de outubro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio celebrado em 30 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução do "Projeto Biomassa Energética no Estado do Paraná" e, ainda, do 4º Termo Aditivo datado de 12 de agosto de 1987 ao Convênio de 18 de outubro de 1985, celebrado entre as mesmas Partes, com o objetivo de fornecer sementes e mudas selecionadas aos pequenos agricultores.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/160 a 181/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os se-

guintes nºs:

053/87 - Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre o Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar nº 32, de 11 de dezembro de 1986, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 37/87.

068/87 - Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre aplicação do Decreto-Lei nº 2.335/87, com as alterações do Decreto-Lei nº 2.336/87, aos servidores públicos do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.592.

076/87 - Do PODER EXECUTIVO, que inclui inciso ao artigo 260, da Lei nº 6.174, de 16.11.70 e adota outras providências o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 38.

252/87 - Do PODER EXECUTIVO, que altera a redação dos dispositivos que especifica da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.593.

34/87 - Do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL VICENTINA DE PEABIRU, com sede e foro na cidade de Peabiru, do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.594.

113/87 - Do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUPÁSSI, com sede e foro no Município de Tupássi, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.595.

118/87 - Do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BELA VISTA DO PARAÍSO, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.596.

121/87 - Do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE APUCARANA, com sede e foro no Município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.597.

122/87 - Do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR CAMARGO, com sede e foro no Município de Doutor Camargo, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.598.

124/87 - Do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhão, com sede e foro na cidade de Pinhão, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.599.

136/87 - Do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE RECUPERAÇÃO VIDA NOVA CERVIN, com sede e foro na cidade de Rolândia, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.600.

138/87 - Do Deputado NILTON BARBOSA,

que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS NÚCLEOS ARTESANAIS DE VIZINHANÇA, com sede e foro no Município de Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.601.

139/87 - Do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL - CEFURIA, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.602.

144/87 - Do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BENEFICENTE ESTRELA DA MANHÃ", com sede na cidade de Jaguariaíva, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.603.

147/87 - Do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE DO ALBERGUE NOTURNO DE BANDEIRANTES", com sede e foro no Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.604.

149/87 - Do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DO PILAR, com sede e foro em Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.605.

151/87 - Do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a JOSÉ AUGUSTO CORREIA SANDRESCHI, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.606.

153/87 - Do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE RIO BOM - APMI, com sede e foro no Município de Rio Bom, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.607.

154/87 - Do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE GUARAPUAVA", com sede e foro naquele Município, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.608.

162/87 - Do Deputado FERRARI JÚNIOR, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.503, de 30 de junho de 1987, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE MARINGÁ, com sede e foro em Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.609.

163/87 - Do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no Município de Jesuítas, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.610.

169/87 - Do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor ARISTIDES DE ATHAYDE NETO, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.611. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 300/87, que autoriza o Poder Executivo a isentar da contribuição do IPE - Instituto de Previdência do Estado, os servidores inativos filiados ao Instituto.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 271/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei Complementar nº 306/87, que objetiva alterar os dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 245/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para a tramitação do Projeto de Lei nº 218/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para a tramitação do Projeto de Lei nº 165/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para a tramitação do Projeto de Lei nº 117/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para a tramitação do Projeto de Lei nº 116/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para a tramitação do Projeto de Resolução nº 030/87 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação dos seguintes Projetos de Lei, de sua autoria: 138, 195, 286 e 204/87.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação dos Projetos de Lei de sua autoria, sob nºs 242/87, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública, nº 275/87, que declara de Utilidade Pública a Casa da Cultura de Pato Branco, e a Proposição de nº 60/87, que dispõe sobre a apresentação de Emendas Populares à Constituição do Estado (Emenda nº 27).

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) LAURO LÓBO ALCÂNTARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a

retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 179/86, de autoria do ilustre Deputado Nilso Sguarezi, a fim de que seja ouvido sobre a matéria o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

Apoiamento: Antônio Costenaro Neto, Alexandre Ceranto.

RREQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 3 Sessões do Projeto de Lei nº 97/85.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 6 sessões, o Projeto de Lei nº 179/86.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas, REQUER, ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 97/85, ficando revogado o Requerimento de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja o Projeto de Lei nº 164/87, de sua autoria, transformado em sugestão ao Poder Executivo, com posterior arquivamento.

A medida aqui proposta visa dar prosseguimento à luta que encetamos em prol dos policiais militares da reserva, com a apresentação do Projeto de Lei em epígrafe, o qual propõe a equiparação de vencimentos dos oficiais e praças inativos e pensionistas, ao pessoal da ativa, com patentes correlatas.

Ocorre que o referido plano de lei não mereceu acolhida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, sendo-lhe argüida a inconstitucionalidade por vício de origem, pois matérias desta natureza seriam de competência privativa do Governador. Porém, considerando a relevância do proposto e seu alcance social, com

o benefício que traria aos policiais militares inativos, que na sua maioria vivem quase que em estado de miserabilidade, pelos poucos proventos que vêm percebendo, não poderíamos nos omitir em dar continuidade à causa justa que iniciamos e que não nos foi possibilitado concluir através de lei originária desta Assembléia.

Por esta razão encaminhamos o presente requerimento, esperando que o mesmo venha a merecer acolhida por parte do Senhor Governador, transformando o conteúdo da proposta em Mensagem Governamental a ser enviada a este Poder, sanando destarte o vício de iniciativa e se transformando em Lei venha a corrigir a injustiça que se vem cometendo contra os inativos da valerosa classe de servidores, representada pelos integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da presente sessão, Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Duarte Cordeiro Alves, ocorrido em data de ontem em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Duarte Cordeiro Alves fazendeiro, pecuarista, pertencente à tradicional família de Guarapuava, faleceu deixando grande lacuna naquela localidade onde residia e sempre teve a estima dos que o tinham como amigo.

O desaparecimento entristeceu a comunidade Guarapuavana, onde possuía estreitas ligações e era admirado pela sua conduta de homem de bem.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dado ciência à família enlutada, sito à Rua Quintino Bocaiuva, 1896, em Guarapuava.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, Líder do PDT nesta Assembléia, solicita à Egrégia Assembléia se digne anotar nas Atas dos trabalhos do dia de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Silvia Braga Munhoz da Rocha, matriarca de ilustre família curitibana, viúva do presidente da província do Paraná - Caetano Munhoz da Rocha, mãe de numerosa e ilustre família.

Com Dona Sílvia, passa para a história, ganha a Eternidade, uma boa parte da

memória da gente paranaense ligada ao ciclo da erva mate, da madeira e do café.

Dama de inabaláveis princípios cristãos, ela teve, por muitos anos, o privilégio pontifício de conservar em sua própria casa (admirável palacete da Avenida Munhoz da Rocha, hoje lamentavelmente já demolido para dar lugar à sede em Curitiba da Federação de Agricultores - o Santíssimo Sacramento da Igreja Católica Romana.

Foi uma animadora das obras de misericórdia e de solidariedade, foi testemunha e personagem da história da elite cultural e política do Paraná - e em anos de efervescência e desenvolvimento acelerado.

No momento em que seu corpo mortal ganha sepultura no jazigo eterno da família no tradicional cemitério curitibano de São Francisco de Paula, cumpre que esta Casa do Povo faça-lhe justiça e memória, e registre o pesar pelo término da vida... Um pesar que não pode prescindir do componente consolador de que este luto apenas sublinha uma vida meritória que merecerá do Eterno a justa recompensa.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1º, Inciso IV do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Senhor Frederico Ansbach, comerciante que muito vem contribuindo com o progresso de Ponta Grossa.

Em 1909, Alberto Ansbach, pai de nosso homenageado (falecido em 1948 com 71 anos), iniciou suas atividades junto ao comércio princesino, inaugurando a Casa Comercial.

Em 1936, Frederico Ansbach uniu-se a seu progenitor, assumindo a Diretoria Financeira da nova Casa Alberto Ansbach:

Os negócios prosperaram consideravelmente e 9 anos depois era organizada a Cia. Indústria e Comércio Friqu Ltda.

A excelente administração de Frederico Ansbach continuou a dar prosperidade aos negócios e, em 1949, a Casa do Comércio foi ampliada, na Rua Paula Xavier.

Em 1953, é instalada a Casa dos Presentes.

Mais 7 anos são passados e é adquirido terreno e construção, onde hoje se encontra instalada a Brinquelândia.

Hoje, Frederico Ansbach presenteia Ponta Grossa com a "Ansbach Presentes", uma loja de artigos em geral e decoração, que além de proporcionar aos seus clientes maior espaço e diversificação de opções de compras, é uma das mais bonitas da Cidade, cuja edificação foi construída seguindo a

tradição alemã, com detalhes da madeira e ornamentada com floreiras, dando assim um toque alegre, descontraído e acolhedor a todos que ali adentram.

É inegável a dedicação e o trabalho incansável desse pontagrossense, que tanto tem se evidenciado no comércio da Cidade.

Parabéns Frederico Ansbach. Sentimos honrados em render-lhe nossas sinceras homenagens.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhado ao interessado.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA, Líder do PDT nesta Casa, que este subscreve, solicita a inserção nos Anais de voto de congratulações e apreço à União Cívica Feminina Paranaense, pela realização do X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras no início desta primavera, na Cidade de Foz do Iguaçu, com a participação expressiva da juventude paranaense, das escolas e da comunidade.

Pede tal distinção para que a história do Paraná registre nestes Anais a verdadeira ressurreição que os concursos de Bandas e Fanfarras da União Cívica promoveram no ambiente musical escolar do Estado.

As bandas voltaram a ser mantidas pelos colégios, distinguidas pela comunidade, e estão retornando às ruas e às praças, semeando entre a juventude a idéia da musicalidade como forma de expressão organizada, como ocasião da transformação "do tempo em espaço..." conforme já ensinavam os sábios da antiga Grécia.

O mérito reside no espírito cívico da venerável Senhora Dona Dalila de Castro Lacerda, viúva do Magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, Doutor em Resistência dos Materiais, e em suas cosócias da União Cívica Feminina, sobretudo na atual presidente, Dona Doris Pereira Jorge Cordeiro.

Estenda-se este louvor aos vencedores.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Líder do PDT, Deputado que este subscreve, solicita a inserção nos Anais da Assembléia de moção de apreço e consideração ao Jornal "Folha de Londrina", na pessoa de seu Diretor, Cidadão Honorário do Paraná, Walmor MacCarini, pela oportunidade e coragem de editar uma série de matérias com o título CASSINO BRASIL, sobre as incoerências da proibição do jogo no País oficialmente, e a exploração do mesmo jogo pelo Governo, inclusive com

declarações oficiais, feitas nos palácios de Governo, de acordos com o "jogo do bicho".

A série, de responsabilidade do editor especial Edson Vicente, é uma prova inconteste de jornalismo sério e independente. Desatrelado das versões oficiais, inquiridor, informativo, verdadeiro retrato do atual momento do País.

Solicitamos, assim, a inserção nos anais da presente sessão de voto de congratulações e apreço aos editores da série "Cassino Brasil", da "Folha de Londrina", conforme textos anexos; e ainda a inserção do inteiro teor da matéria, para que um estudo futuro da "história das mentalidades" neste País possa contar com documentos da envergadura das reportagens coordenadas por Edson Vicente para a "Folha de Londrina".

Os Anais de uma Casa do Povo, em tempo de crise, e em qualquer tempo, devem acolher as perplexidades do povo: entre elas está a "jogatina" no Brasil, e a indagação muito forte, porque respaldada no sofrimento dos oprimidos pela pobreza, de onde o Estado Brasileiro aplica a parte do leão que tira, por exemplo, da Loto e da Loteria Esportiva, quando as casas de solidariedade e caridade, as obras sociais, muito padecem, e mais vivem do apoio direto da comunidade.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à nova Diretoria da Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas, cuja posse ocorreu em data de ontem.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Presidente da Associação, Doutor José Alberto Pereira Ribeiro, para que receba e transmita a todos os seus colegas de Diretoria e Associados, a decisão da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A solenidade de posse da Nova Diretoria da Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas, realizada no último dia 10, que foi também uma festa de conagração, ressaltou mais uma vez a harmonia existente entre o setor produtivo e os diversos escalões da sociedade.

Foi mais um momento de alegre e descontraído convívio da classe empresarial com os diversos segmentos da comunidade.

Londrina, 6/11/87 - Pág. 36

FOLHA DE LONDRIA

Reportagem

CASSINO BRASIL

Eugen Vicente Dr. Edmundo Zamora



Faciam jogo, senhores! Assim, jogando a "segunda rodada" de jogar mal o jogo, a turma pode ver a Lotofácil na quarta correr para comprar um bilhete da Loteria Federal, na quinta outra vez a Loto, na sexta um bilhete da Estadual, no sábado, de novo a Federal e no domingo, de olho no lance conferindo a esportiva. Deus descansou no sétimo dia, mas os bircheiros não. A *feirinha* do bicho do sonho está liberada a semana inteira, de tarde e de manhã, paratodos.

E há ainda o turfe, as roletas e outros jogos nos fundos dos bares, os bilhotes de igrejas e dos times de futebol, as rifas das escolas, as "noites entre amigos", as rinhas de galo, os tinguetes espalhados pelo centro e pela periferia, as mesas de sinuca, o velho jogo de palitinho valendo uma cerveja (ou mais) e até sorteio de frango em quermesses.

Como se as opções não falham mais: mesas cassino chamadas Brasil, onde, pasme, o jogo é proibido por lei e o contraventor — se flagrado com a mão na massa de apostas, pode pagar até 30 dias de cadeia. Mas será que alguém desce "baquiquirô", seja oficial ou não, vai cair nas malhas da lei? As apostas estão abertas: alguma quer arriscar? O montante de dinheiro mensalmente aplicado nos jogos bancados pelo Governo

po por particulares e quasi-incalcuável. So em Londrina, o jogo do bicho movimentava cerca de 100 milhões por mês. Das loterias e lotos oficiais, não há informação sobre os valores arrecadados na região, mas sabe-se que a Loto e a Esportiva ultrapassam em muito a soma que vai para os cofres dos banqueiros do jogo inventado pelo Barão de Drummond para atrair visitantes ao zoológico do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, no final do século passado, e que hoje se transformou em verdadeira mania nacional.

O grande argumento para manter a jogatina oficial dentro da lei é a aplicação de quase 70 por cento do valor arrecadado em obras de fim social e apoio ao esporte, já que o rateio da Loto e da Esportiva é de apenas 31,50 por cento. Em outras palavras, de cada C\$100 milhões arrecadados, o Governo repassa, aos ganhadores, apenas C\$31,50 milhões. E os outros C\$68,50 (cerca de 10 por cento ao gestor do jogo e 58,50 por cento aos revendedores) vão para os cofres estatais. E o retorno prometido é uma incógnita: nem os gerentes das agências das Cajas Económicas sabem explicar de que forma é aplicado, em benefício da população, a parte do Leão.

É justamente na cobrança deste retorno para a região, proporcionalmente ao montante arrecadado, que se baseiam os banqueiros do bicho para exigir — e conseguir — que o seu tipo de jogo não seja liberado, pois isto não

interessaria a eles, mas que seja, isto sim, tolerado. "O volume de dinheiro aplicado no jogo do bicho fica na região, onde as apostas são feitas. Além disso o número de empregos criados e de pessoas beneficiadas indiretamente é

muito grande — alega o banqueiro londrinense André Scalf. E num mercado tão grande, a entrada de um novo banqueiro não chega a assustar, nem mesmo quando se trata do próprio Governo do Estado que também quer apanchar um pouco com a recém-lançada Lotoart, em jogo de números que tem como objetivo aquilo que o Governo Federal tentou com a Loto e não conseguiu: arrecadar boa parte dos apostadores do bicho. Para isso, foi elaborado um sistema de sorteio muito semelhante ao jogo do bicho e que, apesar do nome, difere bastante da Loto federal. Com o novo jogo, o Estado pretende ganhar mais dinheiro, pois uma parcela dos prêmios é destinada aos custeios da Loto, reduzindo a "evasão de divisas".

Nem o banqueiro André Boff nem o gerente regional da Caixa Econômica Federal, Amaíor Bretzlin, duvidam do sucesso da iniciativa do Paraná, que já está sendo copiada por outros Estados. Mas não acreditam que vá afetar significativamente o movimento financeiro da Loto ou do jogo do bicho.

Na publico apostador suficiente para todo tipo de jogo. Então, na verdade, foi criado um novo mercado — claro que deve atrair apostadores, mas não deve afetar significativamente a Lotô. Na minha opinião, a iniciativa do Estado é razoável, principalmente porque pelo que sei, se pretende aplicar toda a arrecadação na área de saúde — opina Bressolin.

Para o banqueiro Andre Scaillet nem a Loto conseguiu prejudicar "o jogo do bicho". A Lotopar não terá sucesso maior nesta empreitada. Mas ele também acredita na viabilidade deste "novo mercado" de jogo e destaca o "fato positivo" de a arrecadação ser distribuída em obras dentro do Estado. "e não no Brasil inteiro, com os jogos federais".

Outro ponto convergente entre o pensamento do banqueiro do bicho e do gerente da Caixa Econômica é sobre o porquê de se apostar tanto no Brasil, país onde dificilmente se encontra alguém que nunca na vida tenha feito pelo menos uma fezinha. "Parece que tanto maior a crise, mais se joga."

Acertar a quina, uma chance em 75 milhões

A greve dos funcionários da Dalamec SIA, Sistemas e Processamento de Dados da Caixa Econômica Federal, prolongou por prazo indeterminado a verificação da quina em dezenas de milhões de brasileiros que aguardam ansiosamente o sorteio do teste 467 da Loto, que deveria ter sido realizado ontem e que dará ao acertador da quina acumulado, a bagatela de C\$119.160.000.

Ninguém joga para perder e não há um único apostador que não nutra pelo menos uma néscia de esperança de ser o próximo bilionário da loteria.

Mas quais as chances reais de cada um desses incorrigíveis esperançosos que, duas vezes por semana, aplicam os milhões 10 cruzados no jogo dos números? O governo federal para ter o direito de sonhar? A resposta é pelo menos decepcionante: com um jogo simples, de 5 dezenas, a probabilidade se reduz a uma em 75 milhões. Como é obrigatória uma dezena, a mais as possibilidades crescem, mas muito pouco: 6 contra os mesmos 75 milhões. Além disso, 70 por cento do total arrecadado já está muito bem guardado nos cofres do Governo.

Na quadra, as probabilidades são maiores: uma em 4 milhões; no termo, uma por 160 mil. No entanto, quanto maiores as possibilidades, menor é o prêmio. E não é a quadra ou, muito menos, o termo, que mexe com a ambição do jogador. A quina é a grande esperança de quem quer enriquecer rápida e definitivamente.

Na preferência nacional, em termos de jogos oficiais, em segundo lugar vem a Esportiva, que alia a ambição pelo dinheiro à paixão brasileira pelo futebol. Como o apostador é obrigado a jogar em 14 resultados — 1 duplo — as chances são duas contra 1,5 milhão. E a Lotopur, a novidade em implantação no Estado do Paraná, aumenta as probabilidades de se acertar a quina em uma sorte 118 mil. Também neste caso, o acréscimo das possibilidades implica num prêmio menor, pois se torna mais difícil acertar sozinho. Como o jogo é ratado, o "banqueiro" — nosso o Esta-

No país da jogatina, quem ganha com a febre de apostas? O Governo tira o seu logo de cara e paga ao ganhador só 31 por cento do que arrecada. Numa milhar seca o banqueiro do bicho reduz as chances do jogador em uma por 10 mil. E já sai com 7 mil possibilidades de vantagem sobre o apostador



Obara e Ubirajara: calculando as probabilidades

do, o valor do prêmio também vai para os cofres estatais. Já a Federal não admite encalhe: o que o lotérico não vender, é problema dele. No entanto, caso o prêmio esteja entre os que não foram vendidos, o prêmio também é da casa lotérica ou do chali que tiver o bilhete em seu poder.

E para se ter uma idéia do volume de dinheiro que a Loteria Federal leva de Londrina a cada extração, são vendidos, no Município cerca de 5.500 bilhetes, o que corresponde a C\$990.000. Deste total, 30 por cento — ou 297 mil — ficam para os proprietários de casas lotéricas, chales e cambistas avulsos. O res-

to vai para o Governo Federal e para pagar as despesas de impressão dos bilhetes e administrativas. Este valor se torna mais significativo quando se sabe que a Loteria Federal movimenta uma quantidade pequena de dinheiro em relação à Loto e à Esportiva.

Mas a mania popular é mesmo o jogo do bicho, que se não movimenta mais dinheiro que seus primos ricos mantidos pelo Governo Federal — Loto e Esportiva — é porque é o mais democrático, aceitando apostas por mais irrisórias que sejam. E as chances dos apostadores, apesar de não serem muitas, são muito superiores às dos jogos oficiais.

A vantagem para o apostador começa no fato de, no ato da aposta, ele já saber quanto vai ganhar se sua número for sorteado. E também por poder escolher o número e o valor que vai ariscar — ao contrário do que ocorre nas loterias estadual e federal. Em compensação, o prêmio, mesmo quando "gordo" numa milhar seca, não chega a se aproximar de uma quina da Loto ou dos 13 pontos na Esportiva.

No jogo do bicho, são também mais fáceis os esquemas que podem ser criados para se ganhar as apostas, como por exemplo, a chamada chapa de grupos, em que o jogador aposta em 12 ou 13 grupos diariamente e, quando perde, na rodada seguinte dobra o valor apostado. Mas para tentar "concorrer" com o banqueiro é preciso ter coragem e principalmente, café, pois a soma a ser aplicada pode muitas vezes ultrapassar o orçamento mensal de uma família de classe média. E como tem o controle de onde são preenchidas as pules (apostas) em que o jogo é registrado quando não ta quem tem um esquema que aumenta suas chances de acertar, normalmente o banqueiro simplesmente deixa de aceitar aquelas apostas.

Foi o que aconteceu com o professor Obara, que foi praticamente proibido de jogar depois que os banqueiros londrinenses descobriram suas fórmulas matemáticas para acertar no grupo quase que diariamente. Existem também os que acompanham diariamente os resultados e jogam sempre no grupo que há algum tempo não é sorteado no primeiro prêmio. "É uma forma racional, pois mais dia menos dia, aquele grupo tem que ser sorteado" — comenta o professor. "Mas não tem nada de lógica matemática, pois as probabilidades de todos os grupos, diariamente, são as mesmas: uma chance contra 25 em cada grupo apostado".

E aí que começa a vantagem do banqueiro, que guarda para si 77 probabilidades a mais que o apostador, pois se o jogador tem apenas uma chance em 25, se acertar ele vai ganhar apenas C\$18 por cada cruzado investido, conforme

explica Shigueru Obara. Quanto maior o valor do prêmio oferecido pela banca, menores as chances do apostador em relação ao banqueiro. Numa centena, por exemplo, que paga C\$4600 por C\$1, a probabilidade do jogador acertar é de uma contra mil. Portanto, o bicheiro guarda, para si, 400 probabilidades.

Já a chance de acertar a milhar na ca-beça é de uma contra 10 mil. E como o banqueiro paga C\$3 mil por C\$1, guarda para si 7 mil probabilidades de vantagem. "E o banqueiro gosta mesmo é de apostas na milhar, pois a dificuldade é maior e é daí que vem seu maior lucro" — prossegue Obara, que, para se aprofundar nos estudos sobre o jogo chegou a bancá-lo em pequena escala por 3 meses, até que foi impedido por "forças maiores".

E por isso que, apesar de suas equações, que aumentam significativamente as chances, não é comum se ter notícias de que matemáticos tiraram a "sorte grande". O doutor em estatísticas Ubirajara Diniz, por exemplo, nem mesmo joga habitualmente. "Só às vezes, na Loteria", garante. E acha que a mania brasileira pelo jogo reflete "a esperança ilusória de aumentar o orçamento doméstico. A crise influi muito, mas não é o preponderante. O fator principal é que o povo gosta de jogar".

O mestre Shigueru Obara, ao contrário, tem uma paixão confessa pelo jogo e concorda que o gosto pela aposta é o fator preponderante que leva o povo a ariscar tanto em busca da fortuna. "Mas a crise que o país vive permanentemente também influi, e muito. O volume de apostas é diretamente proporcional à dificuldade financeira do cidadão. No final, só um, em um milhão, fica feliz" — compara. Obara joga na Loto, na Esportiva e, "quando deixam", arrisca uma vezinha no jogo do bicho.

Amassô: a quina da Loto mudando a vida das pessoas; Lotopur, a novidade paranaense no jogo dos números

Para os políticos que compareceram, esses momentos são importantes e muito gratificantes, e, em particular serviu também para evidenciar a importância da classe dos empreiteiros de Obras que festivamente reuniu para a tomada de posse da Diretoria para o biênio 87/89.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de louvor ao Centro Cultural Brasil- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas do Paraná, que no dia 19 de novembro do corrente, às 19h30m, dá posse de sua nova diretoria e comemora os 70 anos da Revolução Socialista Soviética.

A luta pela Paz e Autodeterminação dos Povos tem sido uma constante bandeira do Centro Cultural Brasil- URSS; o trabalho desenvolvido na troca de experiências culturais entre os dois países vem chamando a atenção dos paranaenses e firmando o Centro Cultural como uma nova alternativa democrática em Curitiba.

Assim, esta Casa de Leis cumprimenta e saúda a nova diretoria do Centro Cultural Brasil- URSS.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de Ofício ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando que autorize a implantação de Colégio de 2º Grau no Distrito de Flor da Serra- Município de Salgado Filho, anexando relação de professores ali residentes e suas habilitações específicas, bem como de alunos com o 1º Grau completo os quais, com a desativação da "Extensão do Colégio de 2º Grau de Salgado Filho", ficaram prejudicados no desejo de seguir seus estudos.

Sala das Sessões, 11.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Durante um período de 5 anos funcionou, no Distrito de Flor da Serra, uma extensão do Colégio de 2º Grau de Salgado Filho, criado para atender ao grande número de alunos residentes naquele Distrito e outras localidades próximas - cujo número justificava, como justifica no presente, a existência daquela unidade de ensino.

Por razões que escapam à compreensão de todos - os moradores das localidades interessadas são unânimes na manifestação do descontentamento - a citada extensão foi desativada. Essa desativação não con-

siderou o número de alunos, sua condição financeira, oferta de vagas nos colégios existentes na área, dificuldades no mercado de trabalho, distâncias a serem percorridas e o cerceamento ao direito aos jovens prejudicados de continuarem seus estudos.

Jovens moradores do Distrito de Flor da Serra, somados aos do Distrito de Tatos- Município de Marmeleiro e de outras localidades próximas, viram-se constrangidos a abandonarem seus estudos pelas razões acima expostas e para seguirem no seu trabalho normal ligados, em sua maioria, às atividades agrícolas.

A relação dos professores residentes no Distrito de Flor da Serra, com habilitação específica, mostra que a localidade está equipada com o recurso humano necessário ao empreendimento solicitado: a relação de alunos que já concluíram o 1º grau e, por inúmeras razões viram-se constrangidos a abandonarem seus estudos, é outro argumento inarredável.

Aos alunos da relação ora enviada, devem somar-se outros que tiveram condições de deslocar-se para outros centros - mas que retornariam caso dispusessem do colégio de 2º grau no Distrito de Flor da Serra e, o que é igualmente importante, os que estão concluindo o 1º grau no colégio local e em outros próximos.

Negar esse potencial e a necessidade dele decorrente, seria negar o potencial da área nas atividades produtivas e, o que é desolador, um estímulo ao abandono da área rural pelos jovens, exatamente no momento em que as autoridades trabalham para fixar o homem do meio rural no local onde pode melhor desenvolver seu trabalho agropastoril, evitando o danoso êxodo que tem estigmatizado a agricultura e a pecuária nos últimos anos.

Esperamos que Sua Excelência Secretário de Estado da Educação se sensibilize com o fato narrado, acolha com simpatia a reivindicação da área prejudicada pela intempestiva desativação da extensão do Colégio de 2º Grau que funcionou no Distrito de Flor da Serra e atendendo ao legítimo interesse do Estado, autoriza a urgente implantação da unidade de ensino ora pedida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de Ofício ao Diretor Presidente da COHAPAR- Companhia de Habitação do Paraná, solicitando Relação dos Compradores de Casas Populares do Conjunto Missões- Pr, Bairro Pinheirinho- Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Não foi possível a este Parlamentar acompanhar o levantamento sócio-econômico dos habilitados às unidades residenciais do Conjunto Missões- Pr, bairro Pinheirinho- Francisco Beltrão.

Temos sido procurados por inúmeras pessoas que haviam se candidatado às casas populares daquele conjunto, as quais desconhecem o resultado do citado levantamento e os parâmetros utilizados.

Alegam alguns terem sido preteridos em favor de outros que a rigor teriam necessidade menos premente.

A relação ora solicitada servirá para que possamos informar aos interessados a sorte de suas fichas cadastrais, possibilitando-lhes, no futuro, até corrigirem dados e informações anteriormente fornecidas, melhorando suas condições de habilitação.

De posse da relação ora solicitada, será mais fácil avaliar as alegações de alguns, até buscando razões que explicarão a seleção dos beneficiados e a desclassificação dos descontentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha- Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, sugerindo a ativação de uma Operação Integrada - aos moldes da Operação Paraná, Operação Ouro Verde e Operação Carreteiro, com a finalidade de oferecer maior segurança aos caminhoneiros que trafegam nas rodovias paranaenses.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

A idéia de integração entre os órgãos de segurança pública que atuam no Paraná, juntamente com os Departamentos envolvidos com o sistema viário, a saber: Polícia Militar, Polícia Rodoviária Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Federal, Departamento de Estradas de Rodagem e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, inspirada nos anseios de segurança da sociedade brasileira, expressa uma mensagem de alerta e de convocação para o esforço uníssono de todos em favor da ordem pública.

Considerando que a violência e a criminalidade crescem na proporção em que são reforçadas as medidas profiláticas de ampla cobertura na área social.

Considerando que a integração orgânica como resultante da conjugação de esforços para reduzir as deficiências da ação isolada ou da dispersão de recursos que a

uniformidade operacional objetiva de eliminar a prática de táticas e técnicas diversos, incompatíveis e onerosos, S U G E R E - S E:

A urgente organização de uma Operação Integrada, aos moldes das Várias Operações já organizadas e executadas, em gestões anteriores, no que, se Vossa Excelência solicita cópias e relatórios, poderá somar subsídios à organização sugerida, vindo a reduzir a zero o número de assaltos e roubos de caminhões e caminhoneiros nas rodovias paranaenses, posto esse índice já ter sido atingido em passado recente.

Somente, Senhor Secretário, com uma operação bem estruturada e executada dentro dos moldes de técnica e tática, teremos o orgulho de afirmarmos, como outrora que "No Paraná, os Profissionais do Volante Rodam Seguros"

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam oficiados o Senhor Governador do Estado e o Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação com pedras irregulares da estrada que liga a linha Marília a sede do Município de Dois Vizinhos, passando pela Linha Nossa Senhora do Amparo, Linha dos Alemães, Linha Conrado e Linha São Pedro dos Poloneses.

E de conteúdo, se dê ciência ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Câmara de Vereadores e Diretórios dos Partidos Políticos de Dois Vizinhos, e a Rádio Educadora da Mesma Cidade.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação da referida estrada beneficiará, aproximadamente 4 mil pessoas, que residem nesta área, sendo na sua quase totalidade pequenos proprietários rurais, que têm na avicultura e suinocultura, as suas principais atividades. Portanto, uma vez pavimentada a estrada, cessará o problema de escoamento da produção, diminuirá o custo dos fretes para o transporte dos produtos agrícolas, sem mencionar o conforto e a rapidez com que os habitantes da região se deslocarão à sede do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Iris Resende Machado, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro

Agrônomo Osmar Fernandes Dias e ao Ilustríssimo Senhor diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Doutor Sebastião Rodrigues, solicitando apoio e imediato refinanciamento, com ressarcimento do PROAGRO e suspensão das dívidas contraídas, aos agricultores que tiveram suas lavouras destruídas, com perdas na ordem de 100% no Município de Chopinzinho, devido a vendaval e chuva de granizo, ocorridos no último dia 7.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O vendaval com chuva de granizo que se abateu nas localidades de Linha Biguã, Linha Creolim, Linha Scopel, Linha Cressano, Linha Crepoletto e parte de Sede Sulina, no Município de Chopinzinho, dizimou no último dia 7, 100% das lavouras e culturas de milho, feijão e uva, parcialmente ou nada seguradas pelo PROAGRO.

As dificuldades naturais, acrescidas dessas, poderão se não houver compreensão e colaboração dos órgãos responsáveis pela aplicação da política agrícola, no Estado, e no País, mais que desestimular, inviabilizar nessa região, as próximas safras.

Acentuadamente formadas de pequenas propriedades, na média, abaixo dos 10 ha, os agricultores não possuem recursos para viabilizarem o replantio.

As medidas que se reclamam, prioritariamente, exigem uma solução urgente para o refinanciamento e prorrogação das dívidas contraídas com as plantações afetadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvindo-se o Plenário, o envio de cópia deste expediente ao Doutor Francisco Cunha Pereira, MD. Diretor da TV Paranaense- Canal 12, cumprimentando-o pelos 27 anos de existência daquela Empresa, comemorados no dia 29 do mês p.passado.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A TV Paranaense- Canal 12, emissora de TV pioneira no Paraná, ocupa hoje indiscutível liderança de audiência em nosso Estado.

Evidentemente, essa totalidade de preferência pelo público não aconteceu por acaso. Destaca-se, principalmente, pelo alto nível de sua programação, pela seriedade com que são tratados todos os assuntos de interesse público, bem como pelo alto senso de responsabilidade nas informações e, sobretudo, pelo talento de sua equipe.

Por essa razão, cumprimentamos o Canal 12, na pessoa do seu insigne e talentoso

Diretor - Doutor Francisco da Cunha Pereira, que, inteligentemente e com alto senso de responsabilidade profissional, vem comandando aquela empresa por esses longos e profícuos anos de existência, sempre com denodada lisura e elegância na veiculação sóbria das informações e divulgações de interesse público e de toda sociedade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado cópia deste expediente, anexando "xerox" do ofício nº 296/87 do gabinete do Prefeito Municipal de Arapoti, Dr. Luis Fernando De Masi, ao Diretor da Sanepar, Dr. Roque Piragine, para que viabilize a solução do problema entre aquele órgão e os mutirantes do Projeto Mutirão, recentemente implantado naquele Município e que diz respeito às taxas de água e esgoto impostas, superiores às prestações por eles pagas.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a implantação do Projeto Mutirão no Município de Arapoti, os seus mutirantes, conforme relata o ilustre vereador Homar Negrão, as prestações assumidas ficaram em torno de Cz\$ 148,00. Posteriormente, com a taxação da água e esgoto pela SANEPAR, as contas atingiram uma cifra bem superior às mensalidades pagas, gerando um sério problema aos mutirantes, em razão do acréscimo que sofreram em decorrência do elevado índice das taxas que lhes foram impostas por aquele órgão.

É mister, conseqüentemente, que estudos sejam viabilizados para se encontrar um denominador comum que venha a suavizar a situação daqueles mutirantes que se vêem, repentinamente, sem condições para continuarem usufruindo dos benefícios criados pelo Projeto Mutirão, relativos à casa própria. Criou-se, em verdade, um processo de desestabilização econômica entre os mutirantes que se encontram em difícil situação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Deputados Federais do Paraná e os membros da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, solicitando apoio para eleições presidenciais em 1988.

Essa proposição vai ao encontro dos interesses da sociedade civil e da classe política, amplamente divulgados pelos

meios de comunicações.

E, além disso, somente com um governo legítimo e escolhido pelo corpo eleitoral é que o Brasil poderá ter condições de trilhar o caminho da democracia e do desenvolvimento político, econômico e social.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste requerimento, que vai acompanhada do ofício nº 1.309/87 (xerox) do Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, Senhor Abílio Pedro de Oliveira, - ao Superintendente da SURHEMA, Engenheiro Cleverton Vitório Andriolli, solicitando providências no sentido de viabilizar estudos para solução do processo de poluição que afeta o novo Ribeirão "Boi Pintado", daquele Município.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O rio Ribeirão "Boi Pintado" no Município de Santo Antônio da Platina, vem sofrendo o processo de poluição, com resultados altamente negativos e gravíssimos para a saúde dos moradores daquela região.

Utilizando-se daquele rio, inopinadamente, os habitantes se sentem intranquilos com a poluição que vem afetando o seu leite, causando riscos seriíssimos de contaminação e outros efeitos maléficos. Por essa razão, este requerimento objetiva o alertamento do órgão responsável para que medidas e providências urgentes sejam adequadamente tomadas para sanar aquele problema e tranquilizar a população platinese.

Trata-se, extreme de dúvidas, de assunto de grande alcance social, pela própria natureza, face ao que qualquer medida que venha pôr termo àquele problema, será meritório e tranquilizará, em definitivo, todos os moradores que dele fazem uso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviado cópia deste expediente, anexando o ofício nº 296/87-GAB., - do Prefeito Municipal de Arapoti, Dr. Luis Fernando De Masi, ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Dr. Ary Veloso Queiroz, para que interceda junto à SANEPAR para solução de problema existente entre aquele órgão e o Projeto Mutirão implantado naquele Município.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O motivo deste requerimento se prende ao fato de expediente encaminhado a este Parlamentar, onde o Senhor Prefeito de Arapoti, Dr. Luis Fernando De Masi, face à correspondência do Edil Homar, na qual é colocada a difícil situação em que se encontram os mutirantes do Projeto Mutirão daquele Município, em decorrência das altas taxas de água e esgoto que a SANEPAR vem cobrando, atingindo uma cifra superior às prestações por eles pagas.

De fato, o assunto gerou polêmica entre as classes políticas do Município, envolvendo os demais segmentos interessados, trazendo uma situação de instabilidade para os mutirantes, em razão das dificuldades em arcarem com os compromissos assumidos, com a incidência das altas taxas impostas pela SANEPAR.

Trata-se de assunto extremamente delicado e que mereceu uma preocupação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, através do seu titular, Dr. Ary Veloso Queiroz, a fim de que o problema não venha a se agravar em total detrimento para os mutirantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Daniel Antônio Pelisson, mui digníssimo Prefeito Municipal de Ibiporã, regozijando-se pela passagem do quadragésimo aniversário de Fundação da Cidade, no dia 08 de novembro passado.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Todos os Parlamentares Estaduais paranaenses receberam durante esta semana um exemplar do Caderno Especial publicado pela "Gazeta Mercantil", em 28.10.87, intitulado "OS Caminhos do Paraná".

Não resta dúvidas que se trata de uma matéria paga pelos cofres públicos, com a finalidade promocional do Governador Paranaense, Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias.

Esta é mais uma investida publicitária, entre tantas, objetivando manter a imagem fabricada de Governador mais popular, agora fora das fronteiras paranaenses.

Diante do exposto, este Parlamentar, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Fábio Campana, DD. Secretário de Comunicação Social do Paraná, solicitando

informações completas e detalhadas sobre o custo da publicação supracitada, a saber, custo de produção, espaço no Jornal e circulação, entre outros.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve no uso de suas atribuições legais garantidas pela Constituição em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expedidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado das Finanças Senhor Luiz Carlos Jorge Haully, solicitando informações sobre o valor total da perda real do Município de Bandeirantes, no corrente exercício, em virtude da Lei n. 8.282 de 15 de abril de 1986, decorrente da aplicação da Emenda 17, que determinou novas diretrizes à distribuição da cota parte do município apontado, referente ao Imposto de Circulação de Mercadorias do Estado do Paraná.

Referida solicitação se faz em função da necessidade de se reprogramar a aplicação desses recursos, uma vez que o Município de Bandeirantes foi seriamente prejudicado, diminuindo sua arrecadação.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento à Câmara de Vereadores de Bandeirantes e Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Coronel Wantuil Borges, Mui Digno Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, pois ao assistirmos, consternados, no sábado próximo pretérito, no Estádio do Esporte Clube Pinheiros, localizado no bairro do Boqueirão cenas que, pela intensidade de violência imprimida, geraram clima de revolta entre os espectadores e de medo e pavor aos que delas foram vítimas.

Durante o transcorrer de um encontro futebolístico, os Policiais Militares que tinham por dever manter a calma e a ordem no estádio, de maneira sub-reptícia, a propósito de proteger a figura dos árbitros em serviços, sob o comando do Tenente Abreu, passaram a agredir, covardemente, pessoas que não tinham qualquer participação nos eventos.

Não contentes com as agressões iniciais, referidos policiais, acatando ordens do Comandante, passaram a espancar com redobrada violência tantos quantos en-

contravam-se no interior do campo de jogo, tornando a tarde esportiva em verdadeira batalha campal.

Para que atos dessa natureza não mais se repitam e, ainda, para que o nome da corporação comandada por Sua Senhoria não seja deslustrado e mais, entendendo que aos políticos não é permitida a prática da omissão, rogo-lhe sejam tomadas as medidas regulamentares e legais cabíveis, que o caso está a merecer.

No aguardo de suas prontas providências, que o evento requer, apresento-lhe na oportunidade as manifestações de apreço que me são costumeiras.

E que após o devido apoio a este meu requerimento, solicito que seja enviado expediente ao Senhor Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Senhor Wantuil Borges.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e aos Deputados Líderes dos Partidos que compõem a mesma Assembléia, solicitando a aprovação no sentido do Ensino de 3º Grau passar à obrigatoriedade do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A obrigatoriedade do Ensino de 3º Grau ser de exclusiva responsabilidade do Governo Federal é uma reivindicação antiga das mais justas, pois é inadmissível que os poderes públicos, municipal e estadual, além de arcarem com a responsabilidade do Ensino de 1º e 2º Grau, continuem respondendo por um setor que, por direito, deve pertencer ao poder público central.

No caso específico do Estado do Paraná, que possui sob sua responsabilidade as Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, as Prefeituras mantenedoras de Fundações de Ensino Superior, mantém, à custa de muitos sacrifícios, aproximadamente uma centena de faculdades nos mais diversos campos de atividades pedagógicas.

E para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, todos nós sabemos o que representa de sacrifícios para nossa juventude o desejo de frequentar uma Universidade. Estudar na Universidade Federal do Paraná é praticamente impossível. Por ser a única gratuita em nosso Estado, a concorrência é muito grande e mesmo que o jovem, depois de enfrentar uma verdadeira

batalha que é o vestibular, consiga uma vaga na Universidade, a sua permanência em Curitiba é altamente dispendiosa. Ao contrário, se tivermos a oficialização por parte do Governo Federal do Ensino Superior com melhores equipamentos, laboratórios etc., além de que teremos para nossos jovens oportunidade muito maiores para a realização do grande sonho da juventude poder frequentar os bancos escolares de uma Universidade, principalmente quando ela se encontra ao seu lado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores: Governador de Estado, Álvaro Fernandes Dias, Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor e, Superintendente da FUNDEPAR, Evaldo Podolan, no sentido de se providenciar a construção de um muro com 280m x 2m de altura, em redor da Escola Estadual Otávio Folda, no Distrito de Guaporé, Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Otávio Folda, localizada no Distrito de Guaporé, não possui proteção ao seu redor, encontrando-se à mercê de ocupações indevidas.

Não apenas nos momentos em que a Escola não funciona, mas também para a segurança dos corpos docente e discente, tornando-se necessária a construção do muro ora pleiteado, além de proteção à propriedade pública que representa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, após a manifestação dos Deputados que integram todas as Bancadas com representação nesta Casa de Leis, REQUER seja endereçado expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Cultura e Justiça e ao Presidente do Conselho Nacional de Cinema, pedindo atenção ao problema que expõe abaixo:

No 1º Encontro Nacional de Vídeo, realizado em São Paulo, foi celebrado um "acordo de cavalheiros" com o CONCINE, pelo qual as locadoras de todo o Brasil comprometiam-se a respeitar os filmes selados e não comprariam mais novos filmes alternativos. O CONCINE, por sua vez, intensificaria a fiscalização para apreender as fitas chamadas "piratas". E as distribuidoras de filmes obrigavam-se a lançar novos filmes no mercado, com preços compatíveis com a realidade econômica de nosso País e não dos Estados Unidos. Esse acor-

do, infelizmente, não foi cumprido por nenhuma das partes. O CONCINE, por falta de material humano, pois conta com menos de 20 funcionários, não pôde exercer seu papel fiscalizador. As distribuidoras não fizeram os lançamentos prometidos, optando, por medida de economia, a filmes antigos, muitos já superados, de baixa ou nenhuma aceitação junto ao público consumidor. As locadoras, de sua parte, viram-se, ainda que constrangidas, obrigadas a continuar valendo-se dos filmes alternativos. Com isso, foram vítimas de fortes sanções, com pesadas multas, apreensão de acervo, ameaças e seus proprietários execrados publicamente, como se fossem marginais e não comerciantes e quase todos chefes de família, pessoas bem relacionadas na sociedade, mas que acabam sendo humilhadas.

É necessário que a direção do CONCINE conceda um prazo, nunca inferior a um ano, para que as locadoras possam se reestruturar e cumprir fielmente as determinações das autoridades superiores, retirando, só quando vencer esse prazo, todos os filmes alternativos hoje comercializados em todo o País.

Caso essa providência não seja imediatamente adotada, grande parte das locadoras cessará suas atividades, gerando até um sério e grave problema social, com o desemprego inevitável.

Trata-se de reivindicação do mais alto alcance social e cultural, razão que leva esta Casa de leis a apelar às nossas autoridades para que abram entendimentos com as locadoras, através de suas entidades representativas, pois há, da parte destes, a melhor boa vontade para que seja encontrada solução para o incômodo impasse.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando auxílio financeiro para a A.P.A.E. de Goioerê.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.A.E. de Goioerê tem realizado um trabalho exemplar no atendimento aos deficientes físicos e mentais daquela cidade e região. Esse trabalho poderá vir a ser melhorado através de auxílio financeiro para a referida entidade, uma vez que os orçamentos encontram-se defasados em função dos recentes problemas verificados

na economia nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. César Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a A.P.A.E. de Goioerê.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.A.E. de Goioerê é uma entidade filantrópica que presta excelentes serviços àquela comunidade, no atendimento de deficientes físicos e mentais. Entretanto, em função da defasagem orçamentária verificada nos índices inflacionários atuais, a referida entidade necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Luzia, no Distrito de Guarani, Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Luzia presta relevantes serviços no atendimento de crianças do distrito de Guarani. Entretanto, os orçamentos financeiros da referida entidade encontram-se defasados, necessitando, portanto, de auxílio financeiro para continuar prestando serviços de atendimento à população carente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, no sentido de se estudar a viabilidade de se asfaltar o trecho que liga o Município de Campina da Lagoa a BR-277, passando pelo Distrito de Guaporé.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O trecho que interliga o Município de Guaraniáçu à Campina da Lagoa passando pelo Distrito de Guaporé, já se encontra com a base compactada e cascalhamento, ne-

cessitando apenas da camada asfáltica.

Com o asfaltamento, o fluxo da produção, agrícola, que é a base dos Municípios, dar-se-á de forma rápida, acelerando a distribuição dos produtos ali colhidos, tais como o milho, soja e algodão.

Não somente a produção será beneficiada de forma célere, como também, a população poderá locomover-se com mais facilidade e sem tantos riscos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo "Gratidão a Dom Frederico Helmelt", de Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, publicado no Jornal "Gazeta do Povo", na edição de 08.11.87, p.p..

Solicito que a decisão do Plenário, seja dada ciência às seguintes pessoas: Sua Excelência Revma. Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba; Sua Excelência Revma. Dom Frederico Helmelt, Bispo Emérito de Guarapuava, Rua Silveira Peixoto, 671, nesta Capital; Sua Excelência Revma. Dom Albano Cavalin, Bispo da Diocese de Guarapuava, Rua Mal. Floriano Peixoto, 1.171 - Guarapuava; Ilma. Sra. Gracita Gruber Marcondes, Professora da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento pelos 20 anos de existência da Diocese de Guarapuava, e para homenagear ao mesmo tempo, o seu primeiro Bispo, que por duas décadas exerceu o seu pastado na região.

A proposta fundamental desse trabalho foi marcar o Jubileu de Ouro da vida sacerdotal de Dom Frederico Helmelt, Bispo Emérito de Guarapuava, completado em 31 de outubro transato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "É Simples: Aumentem os Impostos", publicado no Jornal "Gazeta do Povo", na edição de 09.11.87.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Também estamos contra "a famélica fome fiscalista do governo central".

Na matéria opinativa, o tradicional Jornal paranaense se posiciona firmemente contrário à pretendida criação de mais im-

postos, notadamente o "Imposto sobre Fortunas", ou sobre o "Patrimônio Líquido", como decidido preliminarmente pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

Com efeito, conforme bem opina a "Gazeta do Povo", o novo tributo é uma solução simplista para compensar as perdas de receita da União decidida pela Constituinte, além de significar "outra evasão de recursos do povo para os cofres públicos, que poderiam ser empregados na criação de novas empresas, e ampliação das atuais que gerariam mais empregos e, até, mais tributos ao poder público".

Ao lado do vigoroso órgão de imprensa, protestamos e nos colocamos contra essa alta de carga fiscal, mas sim defendemos a adequação do organismo burocrático de Brasília à nova realidade democrática, de descentralização de poderes e de recursos para os Estados e Municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o editorial do Jornal "O Estado do Paraná", do último dia 10 de novembro, pela lucidez e coerência com que é tratado o problema gerado pelas empresas estatais, que vêm atuando em prejuízo à população.

Outrossim, REQUER, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, ao referido Jornal.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a transcrição nos Anais desta Casa do Documento do Sul, tirado na reunião dos Secretários da Agricultura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizada no dia 13.10.87 em Florianópolis. E, também, do relatório da audiência que os Secretários mantiveram com o Ministro Iris Resende, no dia 15.10.87 em Brasília, solicitando que os referidos documentos sejam encaminhados aos Prefeitos, Vereadores e Executivas de todos os partidos que compõem a AMSOP (Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná).

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

No momento em que a agricultura brasileira, particularmente, a da Região Sul, atravessa uma de suas piores crises causada pela política irreal dos preços agrí-

colas, taxas exorbitantes de juros, que acarretam como consequência a descapitalização do produtor rural e um acelerado processo de concentração fundiário, é salutar que os 3 Secretários da Agricultura da Região Sul, manifestem-se firmemente na defesa das teses, que se acatadas, tornarão a atividade agrícola rentável e estimulante, mantendo o homem na terra e eliminando todos de tensão Social.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 321/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO PROLOCAR ARLINDA MARIA SANTA CÂNDIDA, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos do Prolocar "Arlinda Maria Santa Cândida", congrega os moradores e amigos da referida Vila, apoiando as legítimas aspirações dos residentes, pugnando por seus interesses. Estimula o espírito de solidariedade e comunitário entre os moradores e amigos, para desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos. Representa os interesses gerais dos moradores junto às autoridades constituídas e mantém serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares. Mantém trabalhos culturais, educação, lazer e saúde em benefício dos moradores.

PROJETO DE LEI N. 322/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no Município de Atalaia - Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede à Avenida Doutor Antônio Moraes de Barros s/n, na Cidade de Atalaia, Estado do Paraná, vem desenvolvendo um trabalho junto àquela comunidade, no atendimento dos excepcionais e o seu trabalho já foi reconhecido inclusi-

ve pelo Poder Executivo local através da Lei Municipal nº 339/87, aprovada pela Câmara Municipal, outorgando o Título de Utilidade Pública pelos relevantes serviços que tem prestado à coletividade daquele município.

Nada mais justo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós também reconheçamos o trabalho que vem sendo desenvolvido por aquela entidade, reconhecendo-a como de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N. 323/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominada de PADRE LUIS LUISE, a Rodovia PR.574, via de acesso que liga a BR-369, ao Município de Cafelândia.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O trágico falecimento do Padre Luis Luise consternou a população oestina.

Se analisássemos todas as lideranças de nossa região, teríamos que colocá-lo como aquele que mais lutou pelas causas oestinas e sempre coroadas de êxito.

Foi o responsável pela implantação do sistema cooperativista, quando lutou pela Coooperativa Consolata do Município de Cafelândia.

Iniciou as suas atividades eclesiásticas em nossa região, na década de 50, época dos conflitos de terras, colocando-se ao lado dos humildes agricultores que lutavam em defesa de suas propriedades rurais.

Foi, durante sua vida, um peregrino da esperança de melhores dias para o povo brasileiro, deixando para as gerações futuras um compêndio de artigos publicados pelo jornal "O Paraná", de Cascavel, que são uma verdadeira lição de vida para a nossa juventude.

Conseguiu, pela amizade arraigada, realizar um de seus sonhos: a construção de uma Igreja nova, no Bairro do Parque São Paulo, de nossa cidade, hoje um dos orgulhos da população cascavelense.

Poderíamos justificar esta homenagem mais detalhadamente, mas, concluímos, certos de que todas as manifestações de respeito e consideração que lhe serão prestadas jamais poderão fazer jus e compensá-lo por tudo que fez, não só pelo povo paranaense, como também do Brasil.

PROJETO DE LEI N.º 324/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o IAR EBENEZER, com sede e foro na Cidade de Apucarana - Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está finda a leitura do Expediente. Passamos ao Pequeno Expediente, nele, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério Carvalho, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O vendaval com chuva de granizo que se abateu sobre o município de Chopinzinho, na Região do Sudoeste, mas especialmente nas localidades de Linha Bituá, Linha Creolin, Linha Escopel, Linha Gressano e parte do futuro Município de Sulina, no Município de Chopinzinho, dizimou sábado, no dia 07, 100% das lavouras, cultura do milho, do feijão e mesmo grande parte da produção de uva, parcialmente e quase nada seguradas pelo PROAGRO.

As dificuldades já acrescidas poderão, se não houver a compreensão, a colaboração dos órgãos responsáveis pela aplicação da política agrícola no Estado e no País, além de desestimular, inviabilizar nesta região as próximas safras. Acentuadamente é esta região formada de pequenas propriedades, na média abaixo dos 10 hectares, porém os agricultores não possuem recursos para viabilizar o replantio da área plantada e perdida.

Estamos reclamando medidas prioritárias e isto exige uma solução urgente para o refinanciamento e a prorrogação das dívidas contraídas nas plantações afetadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, segundo orador inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Cumpre-nos a obrigação de, neste instante, na condição de Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário, ressaltar o significado e a importância da audiência que não só nós, o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa, nas lideranças de todos os segmentos produtivos do Estado do Paraná, representadas pelas nossas cooperativas, pelos nossos sindicatos, pelas federações de agricultura e de trabalhadores na agricultura, pelas associações, enfim, de avicultores, e suinicultores, de bovinocultores, que estiveram

juntos, reivindicando, junto a Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias, a tomada de posições em favor do nosso setor produtivo; posições estas que se fazem necessárias que se sejam tomadas de imediato, em função do grave problema hoje vivido pelo setor produtivo do Paraná, em especial os problemas vividos pela avicultura, pela suinocultura e pela bovinocultura de leite, em especial.

Lá estiveram conosco os Deputados Eduardo Baggio, Gernote Kirinus, José Rogério, Lauro Lobo Alcântara, Sabino Campos que ao nosso lado e daqueles produtores que lá compareceram, respaldados que fomos pelo Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Osmar Dias, que nos acompanhou naquela audiência, foi possível em função de tudo isto, receber a palavra de Sua Excelência o governador Álvaro Dias que nos assegurou que aqueles itens relacionados com o Governo o Estado do Paraná, as reivindicações que podem e devem ser resolvidas pelo Governo Estado do Paraná, de todas elas praticamente apenas uma não vai ser possível o Governo atender de imediato. Mas as outras, que estão ligadas ao ICM dos hortigranjeiros, assegurou-nos o Governador que não irá implantar o ICM sobre o produto hortigranjeiro. Com relação ao ICM do ovo e do leite, também nos assegurou o Governador que não serão implantados de imediato, e firmou que está desenvolvendo um trabalho que visa estimular o consumo destes produtos no Estado e que a sua tributação só acontecerá após uma análise mais aprofundada.

Outra questão proposta ao Governador, que mereceu dele uma especial atenção e uma resposta afirmativa, foi a sugestão apresentada por todos nós que lá estávamos, de que no Estado do Paraná se crie um Conselho ou um Comitê de Política Tributária Estadual. Comitê este, onde terão assento não só os setores ligados à Secretaria da Fazenda, mas principalmente os segmentos produtivos do Estado do Paraná, liderados pela Secretaria da Agricultura e pelas associações de produtores e federações de produtores no Estado do Paraná.

Portanto, entendemos que a adoção, a constituição desse Comitê de Política Tributária, a nível de Estado do Paraná, onde possam ter assento não só os representantes da Secretaria de Finanças, mas também dos segmentos produtivos, para que a carga tributária, hoje pesando violentamente em cima dos produtos da nossa agricultura, possa ela ser no futuro, além de redimensionada, diminuída, redistribuída, de forma a não prejudicar como hoje vem acontecendo.

Portanto, a audiência de ontem, do setor produtivo do Estado do Paraná, com Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro

Dias, foi muito produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como só me resta por ora, ou pelo menos durante 10 dias apenas uma tribuna e um microfone para falar, subo a esta tribuna para falar a respeito da segurança pública no Estado do Paraná.

Recebi, ainda hoje, ofício da Associação os Escrivães de Polícia do Estado do Paraná, que me pedia neste ofício, que dele fizesse menção no meu programa de rádio, mas como estou no "gancho" por 10 dias, conseqüentemente não posso dar o apoio à classe policial e como de resto à população, faço uso do microfone desta Assembléia para enunciar o que a Associação dos Escrivães de Polícia o Estado do Paraná, diz no ofício n. 028/87 (Lê):

"Senhor Deputado, Senhor radialista.

Enquanto a população e o índice de criminalidade crescem em progressão geométrica, a produção de alimentos e aparelhamento da Polícia Civil e a nomeação de homens para combaterem a violência crescem em progressão, originando, dessa forma, a problema social e a insegurança de um povo - no caso em tela, o do Estado do Paraná.

Razão pela qual, uma vez mais, esta Entidade de Classe vem à presença desse nobre Legislador Estadual rogar que seja intercedido junto ao Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de que as demais nomeações dos Escrivães de Polícia e Agentes de Segurança sejam efetivadas de uma única vez, pois da forma homeopática como as nomeações vêm ocorrendo, a Segurança Pública não está se estruturando nos quadros da Polícia Civil, para dar o mínimo necessário da sonhada segurança ao povo paranaense.

Por isso, vimos enfatizar o nosso posicionamento no tocante às nomeações, as quais deverão ser efetivadas de uma só vez, pois não estamos sentindo que a população venha a ter a sonhada segurança, contando com o aumento do efetivo em 60 policiais civis no próximo mês de novembro, isso porque esse número de policiais nada ou quase nada representará para assegurarem a Ordem Pública em nossa Capital, quanto mais os mesmos serem designados 1 (um) para cada cidade do interior e, assim deixar os demais municípios à mercê da própria sorte, e os marginais à vontade para agirem livremente e praticarem todo o tipo de crime contra um povo indefeso.

Como se isso não bastasse, os futuros Policiais Civis, Escrivães de Polícia e Agentes de Segurança, hoje em sua maioria

estando desempregados e sem condições de virem a se empregar na iniciativa privada, terão que aguardar a sonhada nomeação de 30 em 30 até o dia 1º de fevereiro de 1988, com o que, a situação financeira dos mesmos virá piorar ainda mais, até chegar ao ponto, como já chegou, de não poderem prover a alimentação própria, quanto mais de seus familiares, provocando-se assim o Problema Social já mencionado no início do presente.

Outrossim, imploramos em nome da segurança pública do povo do nosso Estado, e, em nome ainda dos futuros nomeados, para que as nomeações dos mesmos venham a ocorrer em uma única vez, agora no mês de novembro do corrente ano resgatando-se assim a segurança pública e desfazendo-se a injustiça que está por ocorrer". (termina de ler).

Também encaminho à Associação de Escrivas da Polícia do Estado do Paraná uma cópia do ofício encaminhado já no mês de setembro ao Senhor Governador do Estado, ao Senhor Secretário de Segurança Pública e ao Senhor Secretário de Administração do Estado, e que até agora não recebeu a devida resposta, uma vez que estas autoridades, têm participação nessas decisões mas lamentavelmente, até agora não houve qualquer resposta.

Por isso, nesse sentido solicito aos membros da Segurança Pública do Estado do Paraná para que em nome desta Comissão encaminhem um ofício ao Governador do Estado, ao Secretário de Segurança, ao Secretário de Administração pedindo urgentes providências no sentido de contratar o mais depressa possível esses escrevães, esses agentes de segurança, porque o drama social também já os está atingindo e antes que tenhamos, aqui no Paraná, bôias-frias na polícia, é preciso que nós tratemos a segurança com muita responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência concede a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, seguinte orador inscrito.

Senhor Presidente e Senhores Deputados (Lê):

"Logo no início dos trabalhos legislativos deste ano ocupamos a tribuna desta Casa de Leis para defender a convocação de eleições diretas para Presidente da República em novembro de 1988, após a conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Naquela oportunidade, já defendíamos o mandato de 4 anos para José Sarney porque considerávamos que as tarefas da transição, possíveis sob o comando do Presidente José Ribamar, já estavam chegando ao final, sendo então o momento para a realiza-

ção de eleições diretas para Presidente, coroando assim o período de transição para a plena democratização do País.

Passados mais de 6 meses, o tempo veio confirmar a posição daqueles que pugnavam pela abreviação do mandato de José Sarney. A Nova República não avança mais, e quando tenta sair do imobilismo, só regride. Não se observa nenhum avanço.

Os exemplos são de uma profusão alarmante.

A dívida externa volta a ser tratada sob a ótica da dependência e do entreguismo. A Reforma Agrária não saiu do papel e, da forma como foi tratada, só conseguiu trazer ilusões para os sem-terras e desconfiança para os pequenos e médios produtores. A Reforma Tributária, motivo de tantas lutas dos municipalistas, ainda, continua apenas como um sonho dos Municípios e Estados, discriminados na distribuição dos recursos centralizados pela União.

Já a tão propalada Reforma Administrativa nunca passou de atabalhoadas e ineficazes trocas de ministros e sempre com a característica de ir dando ao ministério feição cada vez mais conservadora e atrasada.

A prática do fisiologismo, tão combatida na época do regime militar, voltou a aparecer com toda força, parecendo até mesmo ser o único expediente que José Sarney sabe usar para conseguir dividendos políticos.

E as obras faraônicas que enterraram bilhões de dólares da dívida nacional? Por incrível que pareça, ainda continuam em pauta na cabeça de governantes que teimam em usar o poder para beneficiar suas províncias, mesmo que isto signifique enormes fardos para as costas dos já cansados e ludibriados contribuintes. É o caso da Ferrovia Norte-Sul que, apesar de todo o escândalo que a envolve, começa a ser construída, contra a vontade nacional, por pura teimosia de José Sarney e do seu ministro dos transportes.

A inflação, o arrocho salarial, os juros extorsivos, a falta de incentivo aos produtores rurais e aos pequenos e médios empresários, a submissão ao FMI e aos banqueiros internacionais; tudo aquilo que era marca registrada do regime militar agora volta a rondar o cotidiano dos brasileiros, ameaçando o que já foi conquistado, num primeiro momento, pela transição democrática.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Não foi para isso que depusemos os militares e instalamos a Nova República. Não foi para compactuar com estas medidas antipopulares e antinacionais que o PMDB aceitou ser co-responsável pela Nova República.

Se aceitamos o desafio de assumir o poder foi para realizar as mudanças preconizadas pelo nosso programa partidário e assumidas pela maioria do povo, e para sermos co-patrocinadores de modelos e práticas herdadas do regime ditatorial.

É certo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nos seus primeiros passos a Nova República conseguiu avanços significativos e que são do conhecimento geral. Mas é sabido também que agora ao Governo demonstra, mais do que nunca evidentes sinais de completa fadiga e fraqueza política. Não consegue apoio popular. Não tem respaldo das forças partidárias. E nem ao menos consegue o respeito da comunidade internacional. E o que é pior; se conseguir o intento de ficar cinco anos à frente do Planalto, José Sarney acabará passando para a história como o coveiro das principais teses e bandeiras defendidas pelo PMDB.

Numa conjuntura como essa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é evidente que só há espaço para o retrocesso. É evidente que não há mais como avançar ao rumo dos anseios populares.

A transição acabou. E só nos resta, agora dar-lhe uma saída honrosa e digna, finalizando o processo democrático com a convocação de eleições diretas para presidente em novembro de 1988, elegendo, assim, um presidente com respaldo popular e com força política para continuar as mudanças exigidas pela sociedade." (Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Deputado José Felinto, segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto o Senhor Deputado Raul Lopes se fará uso de seu tempo.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna para fazermos algumas observações a respeito do que tomamos conhecimento, na data de ontem, através dos órgãos de comunicação e através do companheiro Nereu Carlos Massignan, quando em conversa com o mesmo, no refeitório desta Casa, mostrava-se preocupado, após o testemunho de um caminhoneiro, que junto à comissão de Transportes desta Casa expressava intranquilidade sobre a onda de violência que paira nas estradas.

Imediatamente, vivendo situações anteriores, fui buscar, no arquivo, algumas experiências vividas quando o Paraná viveu, pelo idos de 1983 a 1985, alguns fatos semelhantes à situação que ocorre hoje

no Paraná. E neste momento, este documento que em seguida encaminharei à Mesa, com destino ao Senhor Secretário de Segurança, visa tão somente assessorá-lo, como Membro da Comissão de Segurança, para que tome com a maior brevidade possível uma medida no sentido de retomar algumas operações que ainda estão evidenciadas, latentes, na área da segurança pública.

Recentemente, o Secretário vem desenvolvendo uma operação denominada "operação Paraná", através da qual poderá com flexibilidade, racionalidade de recursos humanos, de materiais e ações, em termos de operações, desenvolver o trabalho no sentido de acalmar e dar a tranqüilidade que o Sindicato dos Transportadores de Carga e Sindicato dos Autônomos, necessitam e precisam.

Esta é a razão pela qual alinhei aqui algumas orientações que, tenho certeza, Sua Excelência, o Senhor Secretário de Segurança, há de por certo, pôr em evidência com a maior brevidade possível. É, sem dúvida alguma, aflitante, angustiante o momento, porquanto esses homens expressam toda uma força, uma gama de recursos quando transportam toda a nossa economia nacional através desse grande eixo que são as BR-277, a 116, e assim como outras tantas que circulam e rodam com destino ao Paraguai, Mato Grosso ou São Paulo.

Não é difícil. É só atentar e racionalizar uma operação de caráter integrado, em que se poderá concentrar todos os valores da área de segurança até mesmo da Polícia Federal, para que os resultados possam ser alcançados.

E a razão, então, companheiros, de nós ocuparmos esta tribuna, é para emprestar a lealdade, a solidariedade ao Secretário de Segurança, e em especial ao Governo do Estado face ao que este momento representa à nossa economia nacional, ao Paraná em especial, e a esses laboriosos homens da estrada, motoristas e esses sindicatos que aflitos estão à espera de uma solução por parte do Governo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Consulto o Senhor Deputado Lindolfo Júnior se fará uso do seu tempo.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. É com satisfação que vejo daqui o companheiro Nilson da APEBEM, Vereadores, lideranças do Interior que nos visitam. Venho à Tribuna, Senhor Presidente, para registrar a minha gente, gente de minha terra a gente de Maringá.

o meu profundo agradecimento. Agradecimento esse que parte de um Deputado que vem para esta Casa ao lado de brilhantes companheiros, pela vez primeira, e que já tem a oportunidade de conhecer o que é a Assembléia Legislativa, a determinação, a garra, a vontade de trabalho de cada um dos parlamentares desta Casa, que de forma até exaustiva se dedicam dia e noite nesta Casa pelo seus Municípios, os quais representam, suas regiões, e todos eles trazem para a Assembléia Legislativa com o ideal de servir ao Paraná, o ideal de ajudar este Estado. Novatos que somos, aliamos a nossa juventude à nossa experiência ou à experiência dos mais antigos nesta Casa.

Liderados nós, da Bancada do PTB, pela capacidade e pela experiência do nosso Líder, Erondy Silvério, sentimos felizes com o resultado de uma prévia realizada em nosso município, onde o nosso nome recebeu uma grande e esmagadora preferência por parte dos eleitores da nossa terra.

E tudo isso Senhores, deve-se ao trabalho sério dos Projetos de conteúdo, das nossas discussões ao lado dos Senhores, discussões estas realizada com altivez, analisando minuciosamente cada projeto constante da Ordem do Dia. E nós, ao lado dos demais Deputados que representam o interior do nosso Estado, queremos aqui neste momento externar a nossa profunda gratidão a uma Cidade conhecida por todos como "Cidade Canção", Maringá que através da SANEPAR, sustenta com a sua arrecadação e com a receita do Município, mais de uma centena de municípios.

Maringá, que no ano que vem será a primeira cidade em arrecadação de ICM do interior do nosso Estado. Maringá, um pedaço deste chão do Paraná, que abrigou o homem da mão calejada, aquele que desbravou, e abrindo picadas mostrou que a Cidade, ao lado de Paranavaí, de Cianorte, de Umuarama e Campo Mourão, e de Londrina também, "A Capital Mundial do Café", é um Município que vem contribuindo para um Paraná mais justo, mais progressista.

Recebo Senhores, o primeiro lugar nas pesquisas de preferência do eleitorado, numa eleição para o ano que vem, com muita humildade.

E não podemos deixar de dizer, desta tribuna, que esse primeiro lugar é acima de tudo, uma afirmação da nossa gente, do nosso povo.

Afirmação de que Maringá, como este Estado e o País, todos queremos uma renovação; renovação da consciência política, também do nosso Município.

Tenho caminhado, nesta Casa, representando a minha região, sempre ao lado dos Deputados José Alves, que também pertence ao PTB, um Deputado que caminha junto dos companheiros como Ferrari Júnior, do Depu-

tado Antônio Bárbara, todos imbuídos do mesmo propósito: representar, e muito bem, a nossa Cidade.

E por que não destacar nesse momento um Deputado que tem lutado, e todos sabem, pela Segurança Pública do nosso Paraná, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que recebeu em nossa cidade mais de 5 mil votos, Deputado que sempre tem se mostrado um homem sensível aos problemas da Segurança Pública da "Cidade Canção".

Não queremos, neste momento, dizer aos nobres Pares que Maringá está desunida. Muito pelo contrário, os Deputados que a representam nesta Assembléia estão coesos, unidos e trabalhando com o mesmo pensamento e de forma homogênea mais do que todos nós imaginamos.

Maringá, minha "Cidade Canção", continuaremos o nosso trabalho, e gostaríamos de dizer e ratificar as palavras que já temos dito. Gostaríamos de continuar por 4 anos nesta Casa, gostaríamos de, ao lado dos Senhores Deputados, ajudar a escrever a Constituição do Estado, a nova Carta Estadual, que será escrita seguindo a orientação de que todas as classes serão ouvidas, de que todas as Câmaras Municipais do nosso Estado, todos os vereadores, todas as entidades sindicais, entidades de classe, todos juntos escreveremos a Constituição do nosso Estado.

Queremos continuar, sim, Senhores, porque fomos eleitos para um mandato de 4 anos e para escrever a nova Carta Magna do Estado do Paraná e, por isso mesmo, continuaremos nesta Casa de Leis, mas na certeza de que o nosso Partido emprestará um nome consistente, um nome que tenha a confiança do povo e da gente da nossa Terra para gerir por 4 anos os destinos de Maringá. Continuaremos frente a 2.^a Secretaria desenvolvendo um trabalho sério, procurando atender a todos os Senhores Deputados, ao lado da Executiva que aí está, do Deputado Antônio Annibelli, Presidente desta Casa, Deputado Aníbal Khury, 1.^o Secretário, com a valorização. Buscando acima de tudo a valorização dos funcionários desta Casa de Leis, que receberam no mês passado, enquanto o Governo dava um abono de Cz\$ 250 cruzados, esta Casa, consciente de que vivava o social, dava um abono de Cz\$ 2 mil cruzados para cada funcionários celetista. Para quem ganha 10 a 15 mil cruzados talvez não seja um grande abono, mas para aquele funcionário de base desta Casa, que ganha Cz\$ 3 mil cruzados, ou, há poucos dias Cz\$ 2 mil e 900 cruzados ou 2 mil e 600 cruzados, praticamente teríamos dobrado o salário da maioria dos funcionários da Assembléia Legislativa, funcionários esses que prestam serviços à administração desta Casa para que continuemos aqui votando, discutindo, aprovando ou rejeitando

matérias de nossa autoria ou matérias do Executivo Estadual.

A minha gratidão à minha gente, Senhor Presidente, neste desabafo e a certeza de que no ano que vem em todos os municípios do Estado do Paraná, como acontece em Londrina, com dois Deputados desta Casa - Luiz Carlos Alborghetti e Antônio Belinati - os preferidos do eleitorado de Londrina por certo, nas eleições do ano que vem, esta Casa será obrigada a emprestar alguns Deputados para que estes retornem às suas bases, para que concorram às prefeituras e temos a certeza, e, infelizmente, não continuaremos convivendo aqui, no debate diário, mas com a certeza de que lá no Executivo da sua cidade eles estarão aqui com seus representantes para reivindicar pelos seus municípios.

Muito obrigado à nossa gente, e muito obrigado ao Paraná e ao Instituto de Opinião Pública e Pesquisa que nos confere na próxima sexta-feira, no Jokey Clube, o "Pergaminho de Ouro" dos melhores do ano de 1987.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Grande Expediente passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PTB.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT. Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes nesta sessão de hoje.

Certamente da última sessão de segunda-feira até a de hoje dois fatos importantes aconteceram no Paraná que nos fazem lembrar os "velhos e saudosos tempos" do AI-5.

Os primeiros foram as represálias emitidas pelo então suplente do Senado da República contra um integrante desta Casa de Leis. Deputado Algaci Túlio, que foi ferido no seu direito de expressar e de falar à população paranaense, às verdades e a sua opinião, que deve ser direito seu, de todos os parlamentares e principalmente de todo cidadão brasileiro.

São lamentáveis fatos desse tipo, mas a história os traz de volta.

Outro fato lamentável e que lembra os velhos tempos, foram as declarações anunciadas oficialmente pelas autoridades deste Estado, relacionadas com o processo de Reforma Agrária em vigência também no Paraná. O Secretário da Agricultura do Estado do Paraná e o então ocupante do cargo de Secretário extraordinário de Reforma Agrária, nesta manhã anunciam várias medidas que atingem o povo paranaense e parte

importante dele, que são os agricultores, os agricultores sem-terras, os que têm pouca terra e aqueles que precisam do fruto da terra para viver, para sobreviver.

Segundo eles, com base em duas afirmações duvidosas do nosso ponto de vista, a primeira de que no próximo dia 20 haveria uma grande ocupação de terra no Estado do Paraná e Santa Catarina, e a segunda de que um fazendeiro do Paraná estaria pedindo intervenção federal no nosso Estado, com base nestas duas afirmações, provavelmente mentirosas, ou supostamente verdadeiras, não sei, porque não é do conhecimento público, vêm a público as autoridades agrárias paranaenses anunciando as seguintes medidas:

1. O reforço policial e a vigilância em toda a fronteira paranaense.

2. Movimentação de tropas para despejar 14 assentamentos, ou ocupações provisórias, no Estado do Paraná, iniciando pelas últimas ocupações, nova Cantu e Cantagalo, atingindo um total de 1 mil e 500 famílias de trabalhadores paranaenses, muitos deles excluídos da produção pela política agrícola, excludente e repressiva.

E a resposta que é dada pelo Secretário de Estado da Agricultura e pelo Secretário da Reforma Agrária, é que eles não podem mais continuar exigindo terras, eles terão que estar na lista dos últimos e a lista está muito longa. Por isso, eles que percam a esperança, porque não terão mais terra para trabalhar.

Esta é a resposta das autoridades agrícolas paranaenses para 1 mil e 500 famílias do povo do Paraná.

Qual é a solução que nos apresentam? Segundo eles, serão despejados e serão colocados em 226 ha de uma área de um fazendeiro no Município de Renascença, no Sudoeste do Paraná. E é de se perguntar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que vão fazer 1 mil e 500 famílias de sem-terras, 7 mil e 500 pessoas no mínimo, numa área de 226 hectares? O que vão fazer 8 famílias em cima de um hectare de terra?

Esta é uma favela modelo oficial. Por isto não podemos concordar com esta medida!

Anunciam mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Secretário de Estado da Agricultura, junto com o Secretário da Reforma Agrária, anuncia que os sem-terras não terão mais alimentos, que o Estado não vai gastar mais 1 cruzado para os sem-terra. E como é que fica o dispositivo constitucional de que o Estado é responsável pela ordem social e pelos direitos fundamentais das pessoas que vivem no Estado e nessa Nação. Como é que fica? É justo, é legal e é humano? São 7 mil e 500 pessoas neste Estado que, além de serem

proibidas de trabalhar, agora serão proibidos de comer.

Por isso Senhores Deputados, a alegação feita pelo Secretário de Estado da Agricultura na televisão, hoje ao meio-dia, dizendo que este é o nosso plano estadual contra a invasão de terra, eu gostaria de dar-lhe um outro nome: "plano estadual de defesa de latifúndio". Esse é o plano que foi anunciado pelo Secretário de Estado da Agricultura e pelo Secretário da Reforma Agrária. Anunciou também a marginalização desses 1 mil e 500 famílias, e acusou as lideranças do movimento de irresponsáveis e essa Casa tem que perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa informa que o seu tempo está esgotado. Vossa Excelência tem 30 segundos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TONELLI - Esta Casa tem que perguntar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quem são os irresponsáveis neste Estado. Por acaso não foi o Governador Álvaro Dias que prometeu assentar 12 mil e 700 famílias? Por acaso não foi o governo do PMDB que anunciou os planos regionais de Reforma Agrária e por acaso não foram eles que se elegeram prometendo resolver o problema agrário neste Estado? Esses são os irresponsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Bancada do PDT com assento nesta Casa, ao ser informada da suspensão, por 10 dias, do programa radiofônico do companheiro e Deputado Algaci Túlio, programa chamado "Plantão Policial", na Rádio Independência de Curitiba, ocorrida na data de ontem, vem, neste Horário de Liderança, afirmar: a suspensão ocorreu após o radialista e Deputado anunciar, com a altivez que o caracteriza na defesa dos mais fracos, o nebuloso episódio ainda não esclarecido à opinião pública do Paraná, da troca de acusações entre o senhor Osmar Dias e funcionárias do extinto PROMOPAR, órgão encarregado da Assistência Social do Governo José Richa, com gravíssimas denúncias de corrupção, ainda não esclarecidas.

Não há como dissociar o episódio, que envolve a milionária campanha eleitoral que levou o atual governante ao poder com uma ação urdida nos laboratórios de comunicação social do Palácio Iguazu, quer pe-

la a gravidade das acusações entre os envolvidos, entre eles o irmão do Governador e Secretário de Estado, quer pelo fato do nosso Brasil estar ainda agrilhado ao fato das emissoras de rádio e de televisão funcionarem por concessões precárias do Governo, o que limita o seu poder de crítica e de informação.

O episódio deixa transparecer uma ação que pretendia ser velada, mas agora se faz pública, do Governo do Estado, em favor do obscurantismo, em favor do retorno a tempos sombrios, e sugere que este mesmo Governo assim também se entregue à prática de atentar contra a liberdade da imprensa, preferindo atolar-se na vaidade e buscar a estupidez da unanimidade ao invés de permitir e estimular o diálogo saudável e o debate democrático.

No momento em que os Deputados do PMDB do Paraná começam a vir a esta tribuna depois da humilhante ida do PMDB ao FMI; depois da humilhante omissão que a Autolatina, nos tribunais, andou colocando nos ombros do Ministro da Fazenda do PMDB, nós nos obrigamos a perguntar, esta volta ao arbítrio, esta mordaca no Deputado radialista Algaci Túlio, seria somente uma confissão de culpa do Senhor Osmar Dias, no sentido de que prefere ele a prepotência do Poder ao diálogo nos microfones livres? Eu imagino que o Deputado Algaci Túlio não lhe negaria a oportunidade de defesa, ou seria mais do que isso, seria um sinal do Palácio Iguazu de que as coisas se vão cessar.

Nós gostaríamos muito de conversar com os poderosos. Perguntar, por exemplo, porque assinaram pelo 5 anos de José Sarney. Assinaram um documento, lavrado nesta Assembleia, no tempo quando todo o País tentava deter a dita "Ferrovia do Maranhão" e tentava descarrilhar o carro de poder do prepotente "príncipe do Maranhão".

Nós gostaríamos de dialogar sobre o orçamento do Estado, por exemplo, perguntar por que há 100 mil segundos de rádio e de televisão para o ano que vem na rubrica da comunicação social?

Por que Cz\$ 760 milhões de cruzados de verbas para promoção pessoal do Governante?

Por que há no Diário Oficial do Estado, um contrato com a firma COPERCU de Cz\$ 57 mil cruzados para limpeza das duas piscinas da casa do senhor Governador, num Estado onde se nega às casas de caridade o direito da isenção das taxas de água da SANEPAR. Por que a repressão contra os assentados e sem-terras? Por que não se paga ainda a folha suplementar dos funcionários públicos do Estado, como já fez o Tribunal de Contas?

Para onde vai o dinheiro do "jogo do bicho" que o Governador chama de "acerto

com os lotéricos" e que já deu na manchete, manchete vergonhosa na "Folha de Londrina" e no "Jornal do Brasil".

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Na sequência, Deputado.

Minutos e minutos da oposição. Eu me obrigo a me inscrever no Grande Expediente para lhe dar todo tempo que tenha direito a propósito de apartes.

Eu gostaria de perguntar qual a razão do empréstimo dos "ferry-boats", para Santa Catarina, e o DER, em nota oficial no último feriado, mandando os paranaenses freqüentarem a rodovia da morte?

Eu gostaria de perguntar por que o Prefeito de Curitiba, fazendo da sua estreita administração, cuja exata medida é o alargamento de 20 cm de cada lado do calçamento da Rua das Flores? Esse Governo com lombadas da imaginação, estaria precisando de muita mídia para transformar o Paraná em programa de auditório, ou para o povo, entre uma cacetada e outra, entre uma mordaca e outra, entre um arrocho salarial e outro, de vez em quando o Governo lança um bacalhau.

Ora, Senhores Deputados, Governo é para criar. Criar em cima das críticas da oposição. Não é o Palácio Iguazu, digno de abrigar uma exposição sobre o gênio universal e humanitário, do grande homem do iluminismo, que foi Leonardo da Vinci, no exato momento em que se tecem as trevas, pois aqui se tecem as trevas e se tecem mais. Se tecem quando a COPEL, sem dizer para que, vem pedir autorização à Assembleia para modificar um programa de investimentos definidos em duas Usinas, e num CLIC RURAL, numera o programa investimento em outros programas. Porventura irá a COPEL, instalar estações de caçadas de borboletas nas suas Usinas? O que fará a COPEL com os US\$ 600 milhões de dólares desta Lei que a Assembleia autorizou? Por que não se dá o respeito aos Deputados de se dizer exatamente o que a COPEL pretende?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o momento é da maior gravidade! Há uma Comissão na Secretaria de Administração pretendendo demitir até 1 mil e 300 funcionários sob a acusação de acúmulo de funções, de acordo com o Artigo 99, da Constituição. Eu sei de pelo menos três casos já, de gente aposentada, que está vendendo a sua força de trabalho de novo para o Estado, e que não acumula funções, e eu vou voltar aqui para invocar a autoridade do Jurista Ely Lopes Meirelles, para provar que o nosso colega, Deputado Secretário da Administração, também se soma nesta cadeia de injustiças.

Eu apelo aos democratas, no minuto que a bondade de Vossa Excelência me conceda...

O SR PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Trinta segundos.

O SR. RAFAEL GRECA - Não seja tão econômico, Presidente, com a voz que vem da população. Eu apelo aos democratas de todos os Partidos, que pensem na política como arte criativa, evitem as mordacas e percebam que a liberdade, quando corre risco, ameaça inclusive os que estão próximos do poder! A prepotência é má conselheira dos palácios e a sucessão de crimes da Revolução Francesa mostra a loucura à qual o poder pode levar os poderosos, pela vaidade.

Afastem-se do Paraná a idéia de que "vanitas nanitatis" - tudo no mundo é vaidade -, e busquem-se o poder pela criação do novo, do belo e do justo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PL se fará uso de seu Horário.

(Declina). Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

(Declina). Havendo declinado, consulto o PFL.

(Declina). Havendo declinado, consulto o PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acompanhei os pronunciamentos, na tarde de hoje, do Deputado Pedro Tonelli, na sua tentativa pessoal de ferir o Secretário da Agricultura, e há pouco o pronunciamento do Deputado Rafael Greca de Macedo, cheio de nuances, cheio de metáforas, inteligente às vezes, completamente errado na maioria das vezes!

E acompanhava o início de seu pronunciamento como jornalista, como homem de rádio, eu sempre censurei e continuo com a mesma opinião de que não se impeça a livre colocação de idéias, o livre pensamento, no rádio, no jornal ou mesmo na televisão.

E faço, inclusive este esclarecimento, porque em 1981, quando Deputado, já pelo PMDB, houve a mudança de partidos. Naquela oportunidade, por não aceitar me filiar ao PDS, PDS do Deputado Rafael Greca, eu acabei perdendo o meu trabalho na emissora de rádio onde trabalhava, e meu programa na televisão onde trabalhava por mais de 13 anos.

Mas ocupava o microfone de rádio, o microfone de rádio, o microfone de televisão, a câmara de televisão, bem ao contrá-

rio do que tem feito e fez agora o Deputado Rafael Greca, e infelizmente tem feito o meu companheiro de rádio, que respeito muito, Algaci Túlio, para defender ladrão, para defender sem-vergonha, e para conspurcar nome de gente séria. O rádio é para educar, é para informar, é para levar a informação correta para a população; não para proteger ladrão, não para colocar microfone à disposição de ladras permitam-me nesta Casa usar o termo.

Porque se o PMDB tivesse que apanhar dinheiro de alguém para ajudar na sua campanha eleitoral, não seria de uma despuddrada como a Edmara ou como a Rosane Zornig.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente com todo o respeito ao nobre Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, nós não podemos acolher nesta Assembléia, que é representativa de toda a população do Paraná, o uso de adjetivos pejorativos a duas rés de acusação, mas ainda não consideradas culpadas.

Enquanto vigir no Brasil o Estado de Direito, do qual o Deputado Nestor Baptista muita vez foi o campeão na sua defesa, um campeão na defesa da busca do Estado de Direito que todos almejamos, enquanto não se encerrar a transição democrática no sentido que nós desejamos, não podem os réus de acusação, que já estão humilhados e humilhados com prisão administrativa, inclusive, serem citados aqui no recinto da Assembléia do Povo, com adjetivo extremamente pejorativos, ainda mais em se tratando de suas Senhoras ou Senhoritas.

Em nome da sociedade curitibana, que em especial tem na família Zornig uma família de grande tradição nesta cidade, desconhecendo a senhora Edmara de Oliveira Lara, que eu vim a conhecer pelo noticiário de corrupção, inclusive envolvendo o nome do PMDB, eu apelo ao nobre Líder do Governo e apelo a esta Assembléia que mantenha o necessário respeito as pessoas humanas para que se mantenha o Estado de Direito em plenitude, que todos almejamos. Caso contrário, falaremos a linguagem do fascismo, falaremos a linguagem da repressão e estaríamos, inclusive, prestando um deserviço ao Senhor Governador do Estado que eu imagino, para mostrar que tem razão no caso, não precisa das palavras pesadas, só precisa da Justiça buscada na paz.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, os três minutos ocupados na questão da ordem do Deputado Rafael Greca, gostaria que pudesse usá-los.

E vou fazer eco, portanto, ao pedido do Deputado Rafael Greca, solicitando a esta Mesa que determine as nossas taquígrafas expungir da Ata, dos Anais da Casa a palavra "vagabunda". Eu usarei daqui para a frente apenas a expressão as ladras do dinheiro público.

E, a mim me causa uma profunda admiração, que o Deputado Rafael Greca, engenheiro, tente se transformar em advogado de ladras, que com salários mínguados compram carros novos pagando à vista. Compraram chácaras, viajaram, compraram roupas, compraram jóias com Cz\$ 10 mil cruzados por mês, pagando Cz\$ 90, 95 mil cruzados em casas de jóias de Curitiba.

As ladras ganharam advogados, infelizmente ganharam mais espaço do que o necessário, porque o espaço da Edmara, o espaço da Rosane Zornig deveria ser na penitenciária, nada além da penitenciária, ou, se alguma coisa além, a devolução do dinheiro roubado, do dinheiro público roubado. Não sou a favor da mordça em ninguém, mas não sou a favor que se coloque a honorabilidade do Secretário Osmar Dias, tiremos o Secretário de lado, do homem Osmar Dias, da família Dias que conhecemos, do passado da família Dias, para defender, Deputado Rafael Greca, ladras, como são defendidas por Vossa Excelência a Edmara e a Rosane Zornig. As famílias até podem ser ilustres; não as conheço, mas que Vossa Excelência defenda ladras me causa uma verdadeira tristeza, não admiração, até retifico o que falei há pouco, porque Vossa Excelência falava do prefeito Roberto Requião. Não tenho procuração do prefeito Roberto Requião, mas é um Prefeito que está moralizando Curitiba, que mudou a administração de Curitiba, que acabou com aquela gatarata que Vossa Excelência defendia, e a Prefeitura Municipal, que acabou com os malandros da Conectora 5, de desapropriação fraudulentas em Curitiba, de empregos fantasmas, de empresas fantasmas, do famoso trambique que Vossa Excelência defendia na Câmara Municipal, o do transporte coletivo. Eu sei que o Prefeito Roberto Requião incomoda muito, não mostra a patifaria do passado, muito ao contrário, mostra para o Curitibano como o curitibano quer ser governado. Como deve ser o Prefeito que o curitibano quer, e é isso que Roberto Requião está fazendo.

Falava Vossa Excelência, também à respeito do empréstimo da COPEL. Só não co-

nhece, Deputado, quem não quer acompanhar os trabalhos desta Casa. Talvez Vossa Excelência, que muito pouco frequenta esse Parlamento, não conheça porque não abriu o orçamento Plurianual de Investimentos aqui aprovado para saber o que está sendo feito. Bastava abrir esse orçamento, ter um pouquinho de paciência para se entediar em determinados momentos com tantos números, mas para conhecer o que está sendo feito na área de energia elétrica. Eu ouvi ainda na discussão da matéria na última sessão a pergunta para onde irão os Us\$ 600 milhões de dólares que nós mesmos aqui aprovamos. E hoje Vossa Excelência repete outros programas ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vossa Excelência tem mais dois minutos para concluir.

O SR. NESTOR BAPTISTA - outros programas, como se o dinheiro estivesse sendo desviado da sua verdadeira finalidade. Basta acompanhar um pouco mais o trabalho aqui dentro da Assembléia Legislativa, o trabalho das Comissões, porque quando Vossa Excelência apenas diz que o Governo manda mensagem, que quer um cheque em branco, Vossa Excelência desmerece os companheiros até do seu Partido, que também participam das Comissões Técnicas desta Casa, e que tem obrigação de conhecer mensagens e projetos que tramitam dentro desta Casa. Está mais do que claro, Senhor Presidente, para onde irão os Us\$ 100 milhões de dólares. Está mais do que claro para os meus companheiros que acompanham o trabalho de comissões que nenhum dinheiro será desviado, Senhor Presidente, do trabalho em investimento, de transmissão, o trabalho de distribuição e eletrificação e eletrificação rural constante do plano de recuperação setorial: Us\$ 600 milhões de dólares devidamente explicado para Segredo; os Us\$ 100 milhões de dólares volto a repetir para que o Deputado Rafael Greca, inclusive, possa se interessar e se inteirar um pouco mais. Investimento em transmissão de energia elétrica, distribuição e eletrificação rural. Bastava se dedicar um pouco mais e acompanhar a Mensagem que veio para a Assembléia aprovada em março de 1987. Bastava pegar a mensagem enviada ainda pelo Governador João Elísio Ferraz de Campos, bastava ler a proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos para 1988 a 1990, e não haveria tanto questionamento e não haveria tanta necessidade de defender ladras como Edmara Lara, Rosana Zornig, atual preocupação do Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - (Questão de Ordem) Senhor Presidente.

Devo formular a presente questão de ordem porque, pela própria palavra do Líder do Governo, eu falei três minutos; e oito mais três é igual a onze.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) e trinta segundos (conversas paralelas).

O SR. RAFAEL GRECA - Foram conferidos doze minutos ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Com três minutos, seriam onze e meio, com trinta segundos, ...

O SR. RAFAEL GRECA - Em todo o caso, não querendo entrar em polêmica com Vossa Excelência, quanto a aritmética do tempo oficial nesse Plenário, eu quero ainda uma vez reafirmar que não se trata aqui, a minha intervenção, de uma defesa de pessoas culpadas; trata-se de um pedido de justiça. Como se entende, julgando os investidos de poder, e os não investidos de poder.

Eu imagino que o Senhor Osmar Dias terá toda a ocasião de, nos tribunais, provar a verdade. Eu imagino que ele o faça através de advogado particular, e não através do Procurador do Estado, porque ele não é membro de nenhuma família real. Ele não representa o Estado, ele simplesmente é um cidadão investido das funções de Secretário do Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Permita-me Senhor Presidente, perguntar se o horário da Liderança do Deputado Rafael Greca já foi usado. Sua questão de ordem é improcedente. E o Deputado deve se inscrever para explicações pessoais; me parece mais prático e mais respeitoso, até, para com todos os seus companheiros, além de atender o que preceitua o Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Procede a questão de ordem.

O SR. RAFAEL GRECA - Vossa Excelência concedeu a palavra, pela ordem, ao Deputado Nestor Baptista, enquanto eu levantava a questão de ordem, e ainda não havia concluído.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu só solicito então que Vossa Excelência cite o artigo a que está se referindo.

O SR. RAFAEL GRECA - O Deputado Nestor Baptista também não citou artigo.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Artigo 69, Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu cito o Artigo 1º da Constituição, que está sendo ferido. Todos são iguais perante a Lei.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu solicito então de Vossa Excelência que ...

O SR. RAFAEL GRECA - Se o Senhor exige de mim a citação do artigo, exija também do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) ... que conclua então o seu pensamento, na questão de ordem.

O SR. RAFAEL GRECA - A questão de ordem, Senhor presidente, é no sentido de formular um apelo a Vossa Excelência de que sejam expungidos dos Anais da Assembleia as qualificações desabonadoras às pessoas que hoje estão indiciadas na justiça. Porque, se vale a medida para os mais fracos, deve valer também para os mais fortes.

E há um processo contra o Secretário da Agricultura, que foi desafortado, no interior, agora, para Curitiba, e eu não gostaria de dar a ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu entendo que o Deputado Rafael Greca não está cumprindo a determinação do Regimento desta Casa. E quando ele fala em processo, não procede, porque ele defende o Deputado Algaci Túlio, quando é um Deputado que tem uma série de processos, aqui na Capital do Estado, e que hoje o Deputado Rafael Greca quer transformar o homem que acusa os homens sérios deste Paraná, em vítimas aqui neste Plenário.

Então, nós não vamos permitir que Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca, venha aqui fazer o Deputado Algaci Túlio de vítima. Não tem nada de vítima o Deputado Algaci Túlio nem Vossa Excelência.

Vossa Excelência não pode criticar o Governo do Paraná, que é um Governo sério. Quando Vossa Excelência deixou a Câmara de Curitiba, não prestou nem contas das suas obras pessoais de vereador.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrada a Hora do Expediente, passamos à Ordem do Dia.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu so-

licito ao nobre Deputado, que pela ordem, solicita, ...

O SR. RAFAEL GRECA - Eu fui interrompido, enquanto terminava ... e protesto como estão sendo conduzidos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vossa Excelência já tinha terminado o seu pronunciamento.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado David Cherigate, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 226/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 78/87), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.470, de 30 de março de 1987, mantendo-se inalterado o caput. (As operações de crédito de que trata este artigo destinam-se à obtenção, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de outros programas e atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento ou rescalonamento da dívida externa da COPEL). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 56/87 (Mensagem nº 62/87, ex-Proposição nº 62/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio nº 87/87, celebrado em 24.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de

Estado da Educação e o Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação, conforme específica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 57/87 (Mensagem nº 64/87, ex-Proposição nº 63/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova cópia autêntica de termo aditivo nº 01 de retificação e ratificação do convênio nº 80/86, celebrado entre a SUDESUL e o Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral com interveniência da SEDU e SUCEAM, conforme específica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 60/87, (Mensagem nº 69/87, ex-Proposição nº 67/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio nº 11, celebrado em 11.07.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guarapuã objetivando a concessão de recursos para serem aplicados na melhoria do Sistema Hidroviário, nas ligações entre Guarapuã, Barra do Ararapira, Barra do Superagui, Ilha das Peças, Superagui, Rasa e outras. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 97/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARZIM que cria o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA e da C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando a retirada por três sessões, do Projeto de Lei nº 97/85. Aprovado. Fica portanto, retirado por 3 sessões, o Projeto de Lei nº 97/85.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto contrário a este requerimento porque eu quero que se agilize o processo de emancipação do Município de Nova Tebas. Por isso, eu quero que registre o meu voto contrário ao requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será anotado o seu voto contrário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que fosse inserido em Ata o meu voto contrário ao Requerimento e favorável à votação do Projeto de criação do Município de Nova Tebas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será anotado o seu voto contrário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, da mesma forma para registrar o nosso voto contrário ao requerimento e o nosso voto a favor à imediata aprovação do Projeto que cria o Município de Nova Tebas, visto que o plebiscito já foi realizado e outras providências também já foram cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será devidamente anotado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero também registrar o meu voto contrário ao requerimento e favorável à votação do Projeto, porque somos favoráveis à emancipação de Nova Tebas.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que se tratar desta matéria, já é matéria vencida.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de requerer, pelo que eu estou vendo aqui, verificação de votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É matéria vencida, nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Pelo número de votos aqui não ...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Só 3 Deputados pediram voto contrário.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro que conste em Ata o meu voto contrário ao requerimento.

O SR. PAULINO DELAZERI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, da mesma forma quero registrar o meu voto favorável à votação imediata do Projeto que foi anunciado e contrário ao requerimento de adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Quanto ao requerimento pela votação, foi registrado e aprovado por 3 sessões. Continua a Ordem do Dia.

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) -

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 250/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor TADASHI IN-GUE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 118/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública o CENTRO BENEFICENTE DOS FERROVIÁRIOS DA RFFSA, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 150/87, de autoria dos Deputados NELSON VASCONCELLOS e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina SENADOR FLÁVIO CARVALHO GUIMARÃES a Rodovia PR- 151, que liga Ponta Grossa- Castro- Piraí do Sul- Jaguariaíva- Sengês. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 150/87

Art. 1° - Fica denominada "Senador Flávio Carvalho Guimarães", a Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa- Castro - Piraí do Sul - Jaguariaíva - Sengês.

Art. 2° - Fica denominada "Darcy Borges da Silveira", a Rodovia PR- 427, que liga Lapa a Campo do Tenente.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

Em votação a emenda. Aprovada.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 179/86, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que dá nova redação ao artigo 137 da Lei Complementar n° 27, de 08.01.86, conforme específica. (isenção do pagamento de custas judiciais pelos Municípios, referente a certidões e aos registros de imóveis municipais). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. Em votação. (Publ. no DA. n° 83/86, de 18.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 179/86

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Nilso Sguarezi, ao apresentar o Projeto de Lei Complementar em exame, é dar nova redação ao art. 137 da Lei Complementar n° 27, de 08 de janeiro de 1986, garantindo a isenção do pagamento de custas judiciais pelos municípios, referente a certidões e aos registros de imóveis municipais.

Conforme o Ofício n° 294/86, do Senhor Prefeito Municipal de Barracão, a atual redação daquele art. 137 não assegura a isenção dos municípios de custas no Registro de Escrituras.

De acordo com a redação em vigor "os municípios serão isentos de custas no registro de matrículas imobiliárias..." Como a matrícula é isenta para todos, a inclusão daquela palavra no texto do já citado artigo não oferece garantias de que os municípios serão isentos daquelas custas.

A proposta de alteração permite corrigir e aperfeiçoar o texto legal, dirimindo as dúvidas existentes.

É nosso entendimento que não existe nenhum impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o trâmite da matéria nesta Casa de Leis. Além disso, a medida é das mais atuais e merecedora de nosso apoio.

Por tais motivos, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação com a emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 179/86

Art. 1° - O Art. 137, da Lei Complementar n° 27, de 08 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 137 - Os Municípios serão isentos de custas em todos os atos de registro, certidões, averbações, escriturações, matrículas, remissões, buscas, bem como no cancelamento desses atos mediante simples apresentação ao Oficial competente, pelo Prefeito Municipal, sem exclusão de quaisquer atos a que se refere a Lei dos Registros Públicos (Lei n° 6015/73).

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

Apoiamento: José Afonso Júnior, Gernote Kirinus, Tadeu Lúcio Machado, Basílio Za-

nusso, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

A redação que ora estamos propondo ao Art. 137, da Lei Orgânica dos Municípios-Lei Complementar nº 27, tem por finalidade eliminar dúvidas, antes existentes levantadas pelos Senhores Titulares das Escrivanias Extrajudiciais, referentes aos atos, levados a registro e pedidos de certidões, junto a esse seguimento do Poder Judiciário.

As dúvidas, até aqui postas nas intenções da Lei, especialmente à redação do Art. 137, estavam vindo em prejuízo dos Municípios, como bem esclarece o incluso ofício nº 294/86, do Senhor Prefeito de Barracão.

O poder público municipal, passa constantemente, por sérios problemas financeiros. Sendo o serviço notarial das escriturarias extrajudiciais, nos termos da Lei de Organização Judiciária, um serviço público, é pois de boa prática administrativa que se estabeleça a plena isenção de custas em favor da municipalidade, evitando, assim, que projetos simples, de baixo custo, em favor da moradia, do desfavelamento, eletrificação, e outros programas sociais, em favor dos pobres, dos humildes, dos desvalidos, tornem-se proibitivos de serem realizados pelo Prefeito, dado ter que arcar com o pagamento de atos cartoriais, que reverterem unicamente em proveito dos titulares dos diversos Cartórios.

É o substitutivo ao Projeto de Lei nº 179/86, que ora apresentamos, e que temos certeza, irá merecer o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando a retirada por 6 sessões, do Projeto de Lei nº 179/86. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados João Arruda, Alexandre Ceranto, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 179/86. Aprovado. Fica portanto, retirado por 10 sessões, o Projeto de Lei Complementar nº 179/86.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do

expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Duarte Cordeiro Alves, ocorrido no Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sílvia Braga Munhoz da Rocha ocorrido no dia 10 de novembro do corrente ano, nesta Capital.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei de sua autoria, de nºs 242/87, 275/87 e a Proposição nº 60/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 306/87, que altera os dispositivos da Lei Complementar nº 26, sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei de sua autoria nºs 138/87, 195/87, 286/87 e 204/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 30/87, de sua autoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 116/87, de sua autoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 117/87, de sua autoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 165/87, de sua autoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 218/87, de sua autoria.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 245/87, de sua autoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime e Urgência ao Projeto de Lei n. 271/87, de sua autoria.

Aprovado.

Solicito de Vossa Excelência a devida assinatura ao requerimento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Apenas gostaria de lembrar a Vossa Excelência que esta é a cópia de um requerimento já aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Mas ele inicia de uma assinatura de Vossa Excelência ao requerimento, que encontra-se em branco.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 300/87, que isenta da contribuição do IPE os servidores inativos filiados ao Instituto. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não cabe discussão. É só votação. Vossa Excelência quer encaminhar a votação?

O SR. PEDRO TONELLI - Queria discutir, adiar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Vossa Excelência tem quinze minutos para discutir.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas queria adiar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não se adia.

O SR. PEDRO TONELLI - Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o envio de Mensagem a esta Casa, reajustando os vencimentos do funcionalismo público estadual. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Creio eu que não tem mais muita novidade para justificar este requerimento já que foi iniciada a sua discussão na semana passada, já passou para esta semana, mas creio que esta Casa é compreensiva com os servidores públicos do Estado do Paraná e acho que é mais que justo que esta Casa aprove este requerimento pedindo para que o Governador do Estado do Paraná encaminhe mensagem à esta Assembléia Legislativa pa-

ra o quanto antes possamos discutir e aprovar a lei que autoriza o Executivo a pagar o reajuste salarial, já devido há muito tempo. Só no Plano Cruzado, Funaro e Bresser, dá uma média, um arrocho salarial de 93%. Portanto, acredito que as 7 Bancadas desta Casa serão muito gratas ao funcionalismo público estadual aprovando este requerimento que, certamente, vai ser um compromisso a mais para que o Governo do Estado se preocupe em encaminhar rapidamente a sua mensagem para legalizar o reajuste devido ao funcionalismo público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, apenas quero manifestar o posicionamento da Bancada do PMDB. Que o salário do funcionário público está defasado, não há novidade alguma. Que o reajuste precisa ser imediato, também não é novidade alguma. Que o aumento deve ser dado o mais rápido possível, também a Bancada do PMDB sabe, conhece e apóia e para ser repetitivo, o requerimento do Deputado Pedro Tonelli veio após declarações do Governador Álvaro Dias de que a Secretaria das Finanças, de que a Secretaria da Administração, enfim, o Governo Álvaro Dias já estava preparando mensagem de reajuste e de aumento para o funcionalismo. O que nos parece, e não há dúvida alguma, é que este é um requerimento altamente demagógico e oportunista do Deputado Pedro Tonelli, motivo pelo qual a Bancada do PMDB votará contra tal oportunismo.

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu quero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Só se for o outro requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Não, não. Eu pedi em tempo. Vossa Excelência é que não ouviu. Eu pedi em tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu já havia anunciado o resultado.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Há pouco nós tínhamos escutado o Deputado Pedro Tonelli falar que Vossa Excelência não ouviu. Eu acredito que precisa haver um pouco mais de respeito para com a Mesa que dirige os trabalhos. Seguidamente temos observado essa falta de respeito, essa falta de compostura até chamando a atenção

da Mesa.

A Bancada do PMDB é contrária a esse posicionamento.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar o meu voto favorável a este requerimento e registrar que se vale a intenção do Líder do Governo nesta Casa, quem está atrapalhando o aumento do funcionalismo público deste Estado é a própria Bancada governista, se é que vale a palavra do Líder.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Paraná, informando-o da covarde agressão a pessoas que não tinham nada a ver com as ocorrências no Estádio do Esporte Clube Pinheiros. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo informações sobre quantas ligações de água e esgoto existem no Município de Curitiba. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo esclarecimentos sobre os constantes aumentos nas tarifas de água e esgoto no Município de Maringá. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações sobre o 4º Distrito Policial desta Capital. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações sobre se o atual cadastro de motoristas registra as penalidades administrativas constantes dos cadastros antigos. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo a inclusão na Ordem do Dia, do dia 03 de novembro do corrente ano, do Projeto de Lei n. 97/85, que cria o Município de Nova Tebas. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente. É matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É evidente que é matéria vencida.

Fica prejudicado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Presidente do IBDF, e ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, encarecendo a proibição da realização do Rally Pantaneiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às lideranças partidárias e do Governo no Congresso Constituinte, reiterando as reivindicações das entidades representativas dos professores, no sentido de manter na Nova Constituição o direito de aposentadoria aos 25 anos de serviço. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo uma relação nominal dos atuais Professores concursados no Município de Marichal Cândido Rondon. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação desta Casa favorável às eleições diretas e gerais em 1988. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nas últimas duas semanas a Nação Brasileira foi atentada por várias tentativas de golpes brancos. Golpe na Constituinte, na reforma agrária, golpe em tudo.

Portanto, é de suma importância que esta Casa com sua relevância política neste Estado, manifeste-se, orientando a Assembleia Nacional Constituinte para que tome posições de interesse de parte da sociedade brasileira, que é o Estado do Paraná.

Portanto, creio eu que não é preciso elucidar novas justificativas para a necessidade de eleições diretas em 1988, pois nós somos um Governo, um poder políticos altamente desmoralizado, sem nenhum compromisso popular, sem o apoio popular e isso só basta para que se coloque à disposição do povo brasileiro a decisão da aspiração de mais de 25 anos, que é a de eleger o seu Presidente da República.

Portanto, nós gostaríamos que esta Casa se pronunciasse, encaminhando expediente especificado neste requerimento para as

lideranças partidárias em Brasília, para que se aprove na nova constituição e garantia de eleições diretas em 1988. Porque, se não forem contempladas na Constituinte as eleições diretas, creio eu que, outras formas serão mais difíceis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu entendo que este requerimento do Deputado Pedro Tonelli, vem no momento oportuno, porque nós passamos por momentos difíceis a nível nacional.

Agora, entendo que quanto às eleições gerais e quero colocar aqui a minha posição, defendo o parlamentarismo para 1988. E há uma contradição da minha posição com a de Deputado Pedro Tonelli, pois o PT é presidencialista com eleições gerais.

Então, eu quero colocar que, de acordo com o teor do requerimento deixo de votar favoravelmente e voltarei a votar favorável desde que esteja incluído o regime parlamentarista com eleições gerais em 1988.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Para encaminhar).

Tenho me manifestado com relação às eleições gerais, e minha posição é pública sendo que os jornais já a divulgaram. Ainda ontem, um jornalista fazia uma pesquisa no Plenário, e eu manifestei e certamente será publicada a minha posição favorável às eleições gerais.

A "Folha de São Paulo" de hoje, além de considerações pessoais quanto à saúde do Presidente José Sarney, que está afetando, inclusive, a sua pele do rosto, com uma irritação que os médicos definem eu não sei dizer como e que mostra o isolamento em que se encontra o Senhor Presidente da República.

A reunião dos Governadores, no Rio de Janeiro, é sintomático, quando, de surpresa, se reúnem 5 Governadores para analisar a conjuntura. No meu pronunciamento do dia 21 de outubro e de ontem, fiz uma análise do trabalho de descrédito que se faz da Constituinte e dos políticos, somando-se a isso a articulação que os empresários e a ala conservadora manifestam, pressionando a Assembléia Nacional Constituinte, aliando-se ao chamado "Centrão".

Afora isso, as articulações da UDR,

todos eles identificados no mesmo objetivo, qual seja o de desestabilizar a Constituinte e ainda mais, a posição de isolamento da Presidência, a crise econômica, a vacilação do próprio Partido ao qual eu pertença, o PMDB, no encaminhamento da dívida externa brasileira e da sua solução, o adiamento das mudanças, com as quais nós temos um compromisso consagrado nas eleições do ano passado, levam-me a concluir que o melhor encaminhamento para a Nação é a convocação das eleições gerais. Por isso, voto favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli, esclarecendo também que tenho manifestações públicas de que o sistema mais adequado para o Brasil é o sistema parlamentarista.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Para esclarecer dúvidas aos que se encontram presentes a este Plenário, eu solicito, se não é muito incômodo para a Mesa a leitura do teor deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Nilton Barbosa) Procede à leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação, Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada-nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Havendo declinado esta Presidência fará a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

Seis Senhores Deputados aprovam.

Vinte e um Senhores Deputados rejeitam. Está REJEITADO.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo manifestação desta Casa, favorável à manutenção do atual Regimento Interno da Constituinte e de repúdio às tentativas de golpe branco contra a mesma. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Será feita a verificação de votação. Solicito aos Senhores Deputados que tomem seus assentos, por gentileza.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e cinco Senhores Deputados aprovam.

Dois Senhores Deputados rejeitam. ESTÁ APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando a transformação do Projeto de Lei n. 164/87, em sugestão ao Poder Executivo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a ativação da operação integrada, com a finalidade de oferecer maior segurança aos caminhoneiros que trafegam nas rodovias paranaenses. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas, pela posse de sua nova diretoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura, viabilizando a fundação de Bibliotecas Públicas, na forma do artigo 110 inciso XI da Carta Magna Estadual, nas cidades com mais de 50 mil habitantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao ato do Capitão Luiz Fernando Walther de Almeida, que tomou de assalto a Prefeitura Municipal do Município de Apucarana. Em votação.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, requeiro verificação de

votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Gostaria de justificar meu voto contrário ao requerimento em razão de se tratar de um fato isolado na Cidade de Apucarana.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa está colocando em votação o presente requerimento.

Treze Senhores Deputados aprovam-no.

Quatro Deputados o rejeitam. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a Ordem do Dia também anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

DECRETO LEGISLATIVO N° 521/87

RESOLVE:

I - Os motoristas dos gabinetes da Comissão Executiva e Lideranças, terão direito ao pagamento de diárias no valor de Cz\$ 500,00 (quinhentos cruzados), limitadas em número de dez (10) mensais.

II - O benefício do artigo anterior, será concedido somente a um (01) motorista por Gabinete e o pagamento será efetuado mediante requerimento, visado pelo titular do gabinete e endereçado ao Senhor Primeiro Secretário.

III - Este Decreto Legislativo, entrará em vigor a partir de 1° de setembro de 1987.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.09.87

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1° Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 536/87

promover, por merecimento, MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, matrícula nº 148, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", para o cargo de Procurador do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.09.87

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 558/87

promover, por antigüidade, WILLIAMS ROLANDO ROMANZINI, matrícula nº 354, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", Referência IV, para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.10.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 559/87

promover os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

PARA CONSULTOR LEGISLATIVO - CLASSE "A"

RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI - Antigüidade.

IHOR BARANHUK - Merecimento

ALBERTO SAVOIA ASSEF - Antigüidade

JOSÉ ARY NASSIFF - Merecimento

SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL - Antigüidade.

SERGIO ANTONIO SOUTO - Merecimento

MANOEL AGUIAR FILHO - Antigüidade

RITA SOARES BERTOLI - Merecimento

ALMIR SANTOS - Antigüidade

RONALDO BAPTISTA - Merecimento

OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS - Antigüidade.

MOACIR JORGE NARDI - Merecimento

WILSON KAIEL - Antigüidade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 560/87

I - promover, por merecimento, GENI CARNEIRO, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", Referência IV, para o cargo de Consultor Legislativo, Classe "A".

II - promover, por antigüidade, RUTH DE CAMILLO RUSSI, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", Referência IV, para o cargo de Consultor Legislativo, Classe "A".

DECRETO LEGISLATIVO Nº 561/87

promover os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica.

PARA CONSULTOR LEGISLATIVO - CLASSE "B"

ANTONIO CECY - Merecimento

ANTONIO GULBINO - Antigüidade

BOGDANO KARPEN - Merecimento

DIMITRYA PIRIH MARANHÃO - Antigüidade

JOÃO CAXIAS URBAN - Merecimento

EMILIO MAURO BARBOSA - Antigüidade

JOGUIBE MANSUR - Merecimento

RAFAEL DE LALA SOBRINHO - Antigüidade

RENE VASCO GARCIA - Merecimento

SERGIO VALÉRIO ANTUNUNCIO - Antigüidade.

ZENO PACIORNIK - Merecimento

MANRIQUE CÂNDARA FILHO - Antigüidade

OLENI FERREIRA LIMA BAPTISTA - Merecimento.

HILTON RONALD ALICE - Antigüidade

LIGIA MARIA DA SILVA - Merecimento

DULCIDIO ROCHA CALDEIRA JÚNIOR - Antigüidade.

MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE - Merecimento.

AYRTON LUIZ BAPTISTA - Antigüidade

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR - Merecimento.

PEDRO ALVARES DOS SANTOS - Antigüidade

BOANERGES DE MENEZES CALDAS - Merecimento.

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA - Antigüidade

NILTON BUSATO - Merecimento

DARCI ANTONIO BUDEL - Antigüidade

ADILSON VICENTINI - Merecimento

CESAR AUGUSTO LEONI - Antigüidade

PARA CONSULTOR LEGISLATIVO - CLASSE "C"

ALVARO SERGIO MARAVALHAS - Merecimento

GERSON EVANGELISTA PASSOS - Antigüidade.

SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO - Merecimento.

DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA - Antigüidade.

ACIR VILLATORE - Merecimento

LINDAMAR EDIL CARAN - Antigüidade

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Merecimento

EMERENTINO DA CRUZ PACCA - Antigüidade

GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA - Merecimento

JUARES DE QUADROS GONÇALVES - Antigüidade.

OSVALDO MARQUES - Merecimento

DECRETO LEGISLATIVO Nº 562/87

promover os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

PARA MÉDICO - CLASSE "A"

ROGÉRIO ANTONIO SOUZA DO NASCIMENTO - Antigüidade.

PARA MÉDICO - CLASSE "B"
EDGAR SANTOS BUQUERA - Antigüidade

PARA OFICIAL LEGISLATIVO - CLASSE "B"
GETÚLIO CANELA FÁVARO - Antigüidade
LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO - Merecimento.
MARCO AURÉLIO SANDANHA ROCHA - Antigüidade.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 563/87
conceder acesso na carreira inicial de Consultor Legislativo, Classe "D", a JOSÉ CARLOS FERREIRA PORTELLA, matrícula n. 574, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.10.87.
(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente
ANIBAL KHURY
1º Secretário
LINDOLFO JÚNIOR
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 575/87
nomear, em face de habilitação em Concurso, AIRTON CESAR SANTIN, para exercer o cargo de Taquígrafo, Classe "B", Referência I, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. 7977/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 576/87
nomear, em face da habilitação em Concurso, AMARILDO RODRIGUES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Taquígrafo, Classe "B", Referência I, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. n. 7977/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 577/87
nomear, em face de habilitação em Concurso, MARIA LILIAN DO AMARAL BORCHARDT, para exercer o cargo de Taquígrafo, Classe "B", do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. n. 7977/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 578/87
nomear, em face de habilitação em Concurso, LEATRICE DE SOUZA VOLPI XAVIER DA SILVA, para exercer o cargo de Taquígrafo, Classe "B", Referência I, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. n. 7977/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 579/87
nomear, em face de habilitação em Concurso, REGINA TRINKEL ARAÚJO, para exercer o cargo de Taquígrafo, Classe "B", Referência I, do Grupo Ocupacional Técnico, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 7977/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 580/87
nomear, em face de habilitação em Concurso, ISIS RITA DE CÁSSIA COSTA, para exercer o cargo de Taquígrafo, Classe "B", Referência I, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 7977/87)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.10.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente
ANIBAL KHURY
1º Secretário
LINDOLFO JÚNIOR
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 581/87
I - promover, por merecimento, RUTH DE CAMILLO RUSSI, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", Referência IV, para o cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II - promover, por antigüidade, GENI CARNEIRO, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", Referência IV, para o cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 583/87
designar, LIGIA MARIA DA SILVA, matrícula n. 186, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe do Setor da Biblioteca, da Diretoria Legislativa, ficando dispensada, JANET DA SILVA SANTOS.

(Protoc. n. 9149/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 584/87
I - exonerar, a pedido, JOSÉ VAGNER DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Homero Oguido, a partir de 1º de novembro de 1987.

II - exonerar, a pedido, MATSUO KATEKARU, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete do Deputado Homero Oguido, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 10754/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 585/87
prover, OLGA HIDEKO KATEKARU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete do Deputado Homero Oguido, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 10758/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 586/87
exonerar, a pedido, CARLOS ROBERTO PEREIRA

RA, no cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 10838/87)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.11.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 587/87

I - exonerar, a pedido, EDVARDO DE SOUZA BRITO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, do Gabinete do Deputado Antônio Bárbara, a partir de 1º de novembro de 1987.

II - exonerar, a pedido, IZABEL AKIYOSHI LOUREIRO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Bárbara, a partir de 1º de novembro de 1987.

III - prover, IZABEL MITUCO AKIYOSHI LOUREIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Bárbara, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 11015/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 588/87

I - exonerar, a pedido, SILVANA DUARTE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de novembro de 1987.

II - exonerar, a pedido, CARLOS ALBERTO SENA MAIA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, 3-C, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de novembro de 1987.

III - prover, ROBERVAL KUGLER MENDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de novembro de 1987.

IV - prover, JOAQUIM PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 11040/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 589/87

I - exonerar, a pedido, VALDÊNIO QUEIROZ DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 1º de novembro de 1987.

II - prover, DENIZE BORGES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 10977/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 590/87

I - exonerar, a pedido, ADEMIR SANT'ANA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretária, a partir de 1º de novembro de 1987.

II - prover, WELLINGTON ALBERTO LANDERDHAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretária, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 10900/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 591/87

I - exonerar, a pedido, SINÉSIO TORRES JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior, a partir de 1º de novembro de 1987.

II - prover, SUELI MOSER TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 10899/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 592/87

I - exonerar, a pedido, PAULO BARBOSA MIRANDA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretária, a partir de 1º de novembro de 1987.

II - prover, GERALDO IRINEU DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretária, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 10898/87)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 593/87

I - exonerar, a pedido, SATORU OGASSAWARA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 1º de outubro de 1987.

II - prover, MARIO HARUKI NOGAWA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 1º de novembro de 1987.

(Protoc. n. 11049/87)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 04.11.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 594/87

aposentar, nos termos dos artigos 132 parágrafo 2º, 138 item II; 140, itens I e III; 170 e parágrafo único e 171 e parágrafos 1º e 2º, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, RENATO EUGENIO REBELLO SCHAITZA, matrícula n. 600, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, corresponden-

res ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação correspondente à simbologia DAS-4; verba de representação incorporada, conforme disposto no Artigo 3º, da Lei n. 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (5) triênios incorporados, de acordo com o Artigo 4º e parágrafo 1º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios e três (03) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Artigo 1º, da Lei n. 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Artigo 13, da Lei n. 8096, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. n. 9616/87)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.11.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 246/87

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1º) mandar contar, "ex-offício" para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 129, item I, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula n. 045, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, quatro (04) meses e dezoito (18) dias, compreendido entre 04 de abril de 1960, data em que assumiu o cargo para o qual fora designado nesta Casa, e 22 de agosto de 1961 data da respectiva nomeação.

2º) deixar sem efeito, "ex-offício", o ato n. 312, de 10 de junho de 1969, que determina a contagem em dobro das férias relativas a 1964, por não ter o funcionário completado o período aquisitivo.

3º) deixar sem efeito, "ex-offício", os Atos n. 314, de 13 de junho de 1978 e n. 227, de 13 de março de 1980, que determinaram a contagem em dobro das férias relativas a 1971, 1972 e 1976, tendo em vista que as mesmas estão inseridas nos períodos de licença sem vencimentos.

4º) retificar, "ex-offício", o item I, da Portaria n. 411, de 03 de outubro de 1985, para declarar que o período correspondente à incorporação do tempo relativo ao 1º quinquênio consecutivo, está compreendido entre 22 de dezembro de 1964 e 22

de agosto de 1969, antecipado em razão das férias de 1965, 1966 e 1967, contadas em dobro e postergado em função da licença sem vencimentos concedida pelo Decreto Legislativo n. 5/65, e não como constou naquela Portaria.

5º) retificar, "ex-offício", o item II, da mesma Portaria n. 411/85, para declarar que o período correspondente à incorporação do tempo referente ao 2º quinquênio consecutivo, está compreendido entre 07 de abril de 1976 e 07 de abril de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 1º quinquênio e das férias de 1968, 1977, 1978, contadas em dobro, e não como consta naquele ato.

6º) retificar, "ex-offício", o item III, da mencionada Portaria n. 411/85, para declarar que o período correspondente à incorporação do 3º quinquênio consecutivo, está compreendido entre 07 de abril de 1980 e 07 de fevereiro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 2º quinquênio consecutivo, e das férias de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro, e não como consta naquele ato.

(Protoc. n. 6783/87)

PORTARIA Nº 247/87

conceder a LINDAMIR GONÇALVES BORGONOV, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 03 de novembro de 1987.

(Protoc. n. 11056/87)

PORTARIA Nº 248/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ FERNANDO GOTTARDI, matrícula n. 546, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1986, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 10.374/87)

PORTARIA Nº 249/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ZILDETE TEIXEIRA, matrícula n. 331, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, classe "A" - Referência IV, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referente aos anos de 1985 e 1986, que deixou de gozar.

(Protoc. 10.523/87)

PORTARIA Nº 250/87

excluir da Portaria 186/87, que concedeu férias referentes ao exercício de 1987, à funcionária MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula n. 064, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 10927/87)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.11.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral

PORTARIA Nº 251/87

excluir da Portaria n. 186/87, que concedeu férias referentes ao exercício de 1987, ao funcionário RAIMUNDO CARLOS CAPELIA PIOLI, matrícula n. 320, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 11003)

PORTARIA Nº 252/87

conceder a CLAUDIO DZIEDZIC, funcionário contratado deste Poder, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 31 de outubro de 1987, em prorrogação.

(Protoc. n. 11311/87)

PORTARIA Nº 253/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 91, da Lei n. 283, de 24 de novembro de 1949, com nova redação dada pela Lei n. 16, de 18 de dezembro de 1958, e embasado no Decreto n. 19344/65, de 28 de agosto de 1965, em favor de REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, matrícula n. 322, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, dois (02) meses e vinte e um (21) dias, período compreendido entre 10 de dezembro de 1961 e 31 de dezembro de 1962, em que prestou serviços à prefeitura Municipal de Adrianópolis-PR.

(Protoc. n. 11055/87)

PORTARIA Nº 254/87

1º) mandar contar, para todos os efei-

tos legais, ao acervo de serviço público de ANTÔNIO JOÃO GREBER, matrícula n. 291, ocupante do cargo de oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970 com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses correspondente ao dobro das férias de 1985 e 1986, que deixou de gozar; e,

2º) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n. 6174, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6º quinquênio, compreendido entre 23 de novembro de 1983 e 23 de setembro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 9344/87)

PORTARIA Nº 255/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ, matrícula n. 508, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987;

II - mandar contar "ex-offício", para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5.434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de sete (07) meses, período compreendido entre 1º de dezembro de 1950 a 30 de junho de 1951, em que prestou serviços em atividades regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 9199/87)

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.11.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral